



# RESOLUÇÕES POLÍTICAS: IV ASSEMBLEIA NACIONAL “CARLOS MARIGHELLA”







# RESOLUÇÕES POLÍTICAS: IV ASSEMBLEIA NACIONAL “CARLOS MARIGHELLA”



1ª EDIÇÃO

CONSULTA POPULAR

SÃO PAULO - 2011





## Expediente:

Cartilha 21 – Resoluções Políticas – IV Assembleia Nacional

Publicação: Consulta Popular

Rua da Abolição, 227 – 2º Andar

01319-010 – São Paulo/São Paulo

Telefone: (11) 3104-6746

Pedidos: [secretarianacional@consultapopular.org.br](mailto:secretarianacional@consultapopular.org.br)

Revisão: Pedro Bocca e Sheila Tanaka

Impressão: Cromosete





# SUMÁRIO

IV ASSEMBLEIA NACIONAL DA CONSULTA POPULAR “CARLOS MARIGHELLA” .....	7
HISTÓRICO DA CONSULTA POPULAR	
SOMOS A CONSULTA POPULAR .....	9
Nascimento e consolidação de um campo político .....	11
De 1999 a 2000 Importantes construções internas e externas .....	11
A atualidade dos Cinco Compromissos do Projeto Popular. ....	12
Expressão Popular – 10 anos na batalha das ideias .....	14
2001 a 2003: Intensas atividades em tempos de refluxo e fragmentação .....	14
2004 a 2010 A Retomada da Consulta como instrumento Político .....	16
FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA .....	19
I. O povo brasileiro .....	21
II. A formação do Estado Escravista Moderno no Brasil .....	24
III. O desenvolvimento do capitalismo no Brasil .....	28
IV. O capitalismo Brasileiro nos últimos 30 anos .....	36
V. Atual desenvolvimento do capitalismo no Brasil e na América Latina: Mudanças e desafios. ....	38
VI. Imperialismo .....	41
APROFUNDAMENTO DA ESTRATÉGIA.....	43
I. O que é estratégia? .....	45
II. Como se constrói a estratégia? .....	45
III. É possível uma Revolução no Brasil? .....	45
IV. Qual é a característica desta Revolução? .....	46
V. Qual a questão central da Revolução? .....	46
VI. Quais são os seus prováveis desafios?.....	47
VII. Se a Revolução é Socialista por que falar em tarefas nacionais, democráticas e populares? .....	48
VIII. Qual a tarefa central dos revolucionários? .....	50
IX. Mas afinal, o que é o Projeto Popular? .....	50
X. Como construir o programa do Projeto Popular? .....	51
XI. O que é poder popular?.....	52
XII. E qual é via da Revolução? .....	53
XIII. O que é o Socialismo? .....	54





XIV. Quais as medidas e condições necessárias para construção do socialismo? .....	54
XV. Qual a diferença entre socialismo e comunismo? .....	56
XVI. Como se definem as classes sociais?.....	56
XVII. Qual o sujeito principal da revolução?.....	57
XVII. E seus aliados? .....	58
XIX. E os setores médios? .....	59
XX. Qual estágio de consciência e quais as tarefas do proletariado nesta conjuntura? .....	59
<b>NOSSA TÁTICA .....</b>	<b>61</b>
I. O que é a tática? .....	63
II. Como se determina a tática? .....	63
III. Como entender a atual crise capitalista?.....	64
IV. Quais os impactos e como o governo Brasileiro enfrentou a atual crise capitalista? .....	65
V. Qual a caracterização deste período histórico para a luta de classes? .....	66
VI. O que significou a vitória de Lula neste contexto? .....	67
VII. Quais as características dos 8 anos do Governo Lula? .....	68
VIII. Como se comportou a classe dominante brasileira neste período?.....	70
IX. E as eleições de 2010?.....	71
X. E as perspectivas para o governo Dilma? .....	71
XI. Qual a nossa posição sobre o conceito de desenvolvimento? .....	73
XII. Como as forças populares se posicionaram diante desta conjuntura? .....	73
XIII. E a nossa posição diante desta conjuntura? .....	74
XIV. Qual o centro da Nossa Tática?.....	75
XV. Quais os passos necessários para implementação desta tática?..	76
XVI. Qual a agenda da classe dominante nesta conjuntura? .....	79
XVII. Quais são os nossos desafios para a construção do Projeto Popular? .....	80
XVIII. Qual a agenda de lutas unitárias do Projeto Popular? .....	82
<b>FRENTES E BANDEIRAS PRIORITÁRIAS.....</b>	<b>85</b>
I. Movimento Operário e Sindical .....	87
II. Feminismo.....	90
III. Questão negra .....	95
IV. Juventude e Movimento Estudantil .....	96
V. Questão Ambiental, Energia e Petróleo .....	98
Energia e o nosso modelo para o mundo .....	100
VI. Saúde.....	106
VII. Capitalismo e homofobia .....	107
VIII. Democratização da Comunicação .....	111
IX. Campo.....	113
X. Assembleia Popular e lutas populares.....	119
XI. A ALBA como Instrumento de Integração Popular Continental .....	121





## IV ASSEMBLEIA NACIONAL DA CONSULTA POPULAR “CARLOS MARIGHELLA”

Apresentamos as Resoluções de nossa IV Assembleia Nacional da Consulta Popular “Carlos Marighella”.

Realizada em Salvador, entre os dias 31 de janeiro a 4 de fevereiro de 2011, com 456 delegados de 20 estados, com a presença de convidados do Chile, Colômbia, Guatemala, México e representantes de organizações políticas e movimentos sociais. Culminamos um intenso processo de discussões que envolveu toda a militância da nossa organização.

Centenas de reuniões em núcleos, dois seminários nacionais, seminários regionais e 18 encontros e assembleias estaduais, contribuíram para a elaboração coletiva do Texto Base que foi debatido pelos delegados.

Ao longo deste processo, lançamos 6 *Cadernos de Debates*, com 46 textos abordando todos os temas de nossa Assembleia Nacional. De 28 a 30 de janeiro, realizamos o II Encontro Nacional das Mulheres da Consulta Popular “Patrícia Galvão”, com 121 participantes de 15 estados, que além do debate sobre as bandeiras de luta para o próximo período, discutiram o princípio da auto-organização e o caráter feminista do socialismo pelo qual lutamos.

Homenageamos o Lutador do Povo brasileiro Carlos Marighella no ano em que se comemora o centenário de seu nascimento.

Carlos Marighella combinou os diversos talentos como *quadro* organizador, propagandista e agitador. Foi um dirigente partidário,





um comandante guerrilheiro, um teórico e dono de uma coerência capaz de assumir todas as consequências de seus atos. Como bom militante, seus textos foram elaborados para enfrentar problemas e desafios concretos que se colocavam para a luta popular. Como revolucionário dedicou-se em cada tarefa que a revolução apresentou: tribuno parlamentar na Assembleia Constituinte; agitador em comícios e assembleias, redator de panfletos e artigos, editor, organizador sindical, formador de quadros, guerrilheiro e teórico militar.

Ninguém mais indicado para inspirar os jovens que se dispõem a seguir enfrentando as adversidades históricas para construir a Revolução Brasileira.

Reafirmamos o compromisso de nossa I Assembleia Nacional de construir uma organização de novo tipo, dirigida para a luta, cujas marcas são a unidade, a disciplina militante e a fidelidade ao povo. Uma organização que pratica os valores da solidariedade, da gratuidade, da honestidade e do trabalho coletivo.

Renovamos nosso compromisso com o povo brasileiro de dedicar todas as nossas energias nas lutas que conformam o Projeto Popular.

Somos a Consulta Popular!  
Pátria Livre! Venceremos!





“Ninguém é obrigado a pertencer a esta organização.  
Os que a aceitam, tal como ela é e dela vêm a fazer parte,  
só o fazem voluntariamente, só querem ter compromissos  
com a revolução.”  
(Carlos Marighella,  
pronunciamento do agrupamento Comunista de São Paulo)



## HISTÓRICO DA CONSULTA POPULAR

### SOMOS A CONSULTA POPULAR







## **Nascimento e consolidação de um campo político**

O início dos anos 1990 foi marcado por uma nova fase na luta de classes no Brasil. A derrota eleitoral da esquerda para Collor, a nova correlação de forças no plano mundial com o fim da União Soviética e das experiências socialistas no leste europeu, a ofensiva neoliberal do governo FHC, a reestruturação do Mundo do Trabalho e a derrota do Movimento Sindical na greve dos petroleiros em 1995 conformaram um conjunto de eventos marcantes que anunciam o início de um longo período de descenso da luta de massas. Neste contexto, o sucesso da marcha nacional realizada pelo MST em abril de 1997 reacendeu muitas esperanças. Muitos militantes buscavam o MST, descontentes com os rumos que a esquerda brasileira ia tomando.

A intensa participação de diversos movimentos, instituições, pastorais e partidos na construção das marchas estaduais do MST, naquele ano, constatou a capacidade de reorganização da esquerda em busca de uma maior unidade na luta. O processo de construção das marchas resultou na realização da Conferência em Itaiaci, plenária nacional convocada pelos movimentos sociais, em especial pelo MST, que reuniu pouco mais de trezentos militantes de várias regiões do Brasil. As ideias centrais que empolgaram o debate foram, por um lado, a necessidade de questionar o rumo da esquerda institucional e propor o resgate dos valores e práticas militantes rumo à Revolução Brasileira, bem como constituir as bases teóricas para um Projeto Popular para o Brasil; por outro, a compreensão de que um ciclo político da esquerda brasileira já dava sinais de esgotamento e exigia todo um esforço de refundação, tanto no plano teórico e ético quanto no plano da ação e proposta organizativa.

## **De 1999 a 2000 – Importantes construções internas e externas**

Publicamos a primeira elaboração teórica deste nosso campo: o livro *A Opção Brasileira*, assinado por diversos lutadores populares e sistematizado por César Benjamim, que foi um esforço de





interpretação do Brasil, com propostas de saídas populares para a resolução dos problemas estruturais. Em 1999, viemos a público com a Marcha Popular pelo Brasil, um feito memorável que se converteu num grande exemplo pedagógico.

Em 1999, saímos no dia 26 de julho do Rio de Janeiro e chegamos em Brasília em outubro, com 1.100 lutadoras e lutadores vindos de 23 estados, ligados a diferentes movimentos sociais. A Marcha percorreu mais de 1.600 quilômetros. Os caminhantes, alguns inicialmente analfabetos, iam parando nas cidades e fazendo palestras, conversas, debates em escolas, igrejas e associações, chegando a falar para cerca de 200 mil pessoas. Por onde passou, a Marcha recebeu a solidariedade e o apoio das organizações locais e da população, que saía para as ruas para fazer doações de suprimentos, dando força para a continuidade da caminhada.

O processo de preparação da marcha aglutinou centenas de militantes que atuaram garantindo a infraestrutura para a chegada nas cidades, organizando debates e ajudando na busca de recursos para a continuidade da marcha até Brasília. Avançamos muito no trabalho de formação política e participamos de lutas importantes que possibilitaram avançar num projeto organizativo.

Realizamos a I Assembleia Nacional dos Lutadores do Povo, em Brasília, de 8 a 10 de outubro de 1999, após a chegada da marcha. Voltamos para os estados carregados de energia para continuar o debate deixado pela marcha, para articular os núcleos e as lutas, porque a marcha não acabava ali, continuava na força da experiência que acabamos de realizar. Nesta assembleia definimos os cinco compromissos do Projeto Popular: Solidariedade, Soberania Popular, Desenvolvimento, Democracia Popular e Sustentabilidade.

### **A atualidade dos Cinco Compromissos do Projeto Popular**

São os cinco compromissos:

O compromisso com a soberania, que é a conquista pelo povo brasileiro da capacidade de definir com autonomia seus próprios objetivos, bem como os caminhos que deseja trilhar para alcançá-los;





O compromisso com a solidariedade, que exige a mobilização de todos os recursos e de toda a capacidade produtiva, técnica e cultural do Brasil para eliminar a miséria, a pobreza e a incultura, garantindo a todos um patamar comum de dignidade e igualdade;

O compromisso com o desenvolvimento, ou seja, com o uso pleno de nossas terras, recursos, instalações produtivas e capacidade de trabalho, em um mutirão que nos retire da condição de país periférico e dependente;

O compromisso com a sustentabilidade, que traz para o centro das preocupações a proteção ao ser humano e à natureza que nos cerca;

O compromisso com a democracia popular, cuja construção passa por uma profunda reforma nas instituições de poder, bem como nos meios de comunicação de massas, para colocá-los sob o controle do povo.

Seguimos avançando em posicionamentos táticos cada vez mais claros, abertos e contundentes. Nas discussões que entremeiam esse crescimento político da Consulta Popular, todavia, vêm se reafirmando a atualidade dos cinco compromissos e cinco tarefas essenciais, delineados em 1999, como estruturadores de uma ampla aliança no seio do povo para enfrentar o poder da burguesia brasileira associada ao imperialismo.

Nos primeiros anos, nossa grande tarefa foi a de estimular e multiplicar o debate e a formação com os militantes que não foram absorvidos pela crise ideológica que se disseminou no início dos anos 1990.

Todas as energias no Plebiscito Nacional da Dívida Externa: em 2000, a esquerda social uniu forças em torno do Plebiscito Nacional da Dívida Externa, Campanha Jubileu 2000, por um milênio sem dívidas. O plebiscito foi organizado pela sociedade, realizado com lisura e transparência em todas as unidades da federação, envolvendo milhares voluntários ligados a igrejas, movimentos sociais, partidos políticos, entidades de representação profissional e poderes públicos, realizada no dia 7 de setembro, quando se comemora oficialmente





o dia da pátria. Foi um momento de exercício pedagógico que unia formação, organização e luta. Por todo o Brasil, multiplicaram-se as secretarias do plebiscito da dívida, que formavam militantes para levar o debate para as ruas, escolas, igrejas, bairros cidades.

Raras vezes em nossa história atores tão diversos se uniram em torno de uma causa comum como esta. Foi assim na campanha do “Petróleo é nosso”, nos anos 50, nos anos 60 com a campanha pelas Reformas de Base, nos anos 70 com a campanha da Anistia e nos anos 80 com a campanha das Diretas. Mais de 5 milhões de brasileiras e de brasileiros participaram deste Plebiscito, 90% dos participantes disseram NÃO ao pagamento da dívida.

### **Editora Expressão Popular – 10 anos na batalha das ideias**

Ainda em 1999, a Consulta Popular contribuiu decisivamente na constituição do projeto da Editora Expressão Popular. A editora é um patrimônio social que se consolidou na esquerda brasileira, tendo publicado materiais que nos ajudam a orientar nossa formação e acompanham o avanço das elaborações teóricas, resgatando o pensamento revolucionário e promovendo a batalha das ideias na sociedade.

Através do grande investimento na formação, a Expressão Popular contribuiu em todo o país com a construção de uma rede de militância crítica e atuante nas lutas sociais com um resgate dos valores, do pensamento e da prática revolucionária.

### **2001 a 2003: intensas atividades em tempos de refluxo e fragmentação**

Em fevereiro de 2001, a Consulta Popular se reuniu para debater o programa político junto às bases. Foi um momento de intenso debate, da mudança de qualidade e caráter político da organização, de um fórum de articulação para um movimento político autônomo, com propósito de aumentar sua organicidade. Esse processo foi sistematizado em três documentos de março de 2001. (“O momento político e o movimento da Consulta Popular”, “Elementos para





debater a construção do Movimento Consulta Popular”, “Regras de funcionamento”).

Ainda em 2001, a Consulta Popular realizou a primeira turma do curso Realidade Brasileira, em Juiz de Fora (MG). Já foram realizadas mais de 40 turmas do curso, que vem formando diversos militantes de inúmeras organizações populares, resgatando o estudo dos autores que pensaram o Brasil a partir do Brasil. Também foi realizado pela primeira vez o Curso Nacional da Consulta Popular, com o caráter de formação de formadores, em Ibitiré (MG). O curso envolveu mais de 350 militantes, de quase todos os estados do país. Debruçamo-nos ainda, neste período, sobre a realidade urbana, constituindo um grupo de estudos que veio a contribuir no Rio Grande do Sul no primeiro assentamento rururbano do MTD (Movimento dos Trabalhadores Desempregados), hoje um movimento presente em dez estados.

Em 2002, realizou-se o Plebiscito Popular da ALCA – Área de Livre Comércio das Américas. Durante a campanha continental contra a ALCA, participamos de uma importante frente que aglutinou as principais forças populares e organizações sociais de nosso hemisfério, que culminaram com a realização de um plebiscito em 2002. O Plebiscito Nacional sobre a ALCA e sobre a base de Alcântara foi realizado em todos os 27 Estados da federação, em quase 4 mil municípios e envolveu mais de 150 mil pessoas voluntárias de centenas de organizações populares, movimentos sociais do campo e da cidade, igrejas, sindicatos, federações sindicais, entidades estudantis, movimentos de mulheres, associações profissionais, ONGs e partidos políticos. Foram incontáveis debates públicos realizados em todo o país. Convidamos o povo brasileiro a se manifestar livremente no Plebiscito, realizado na Semana da Pátria, de 1º a 7 de setembro. No último dia de votação, celebramos o Grito dos Excluídos com manifestações massivas sob o lema “Soberania não se negocia”. O plebiscito teve 10.149.542 votantes, sendo que, do total, 98% – 9.979.964 pessoas – disseram NÃO à assinatura do acordo com a ALCA. Entre os votantes apenas 1% – 113.643 mil votantes





– manifestaram-se a favor da adesão do Brasil ao bloco econômico defendido pelos Estados Unidos. O Plebiscito Popular foi decisivo para assegurar a vitória contra a ALCA.

Em 2002, eleição de Lula para presidente do Brasil. Desde o final dos anos 1980, a eleição de Lula havia sido a grande meta-síntese que empolgou e unificou a esquerda brasileira. Mas o governo não cumpriu a expectativa histórica de rompimento com o neoliberalismo. Este cenário gerou ainda mais dispersão, apatia e uma grande divergência tática entre as forças populares.

Construção de um jornal de esquerda – *Brasil de Fato*. A leitura que sempre fizemos sobre a necessidade de democratização dos meios de comunicação e seu papel estratégico na luta do povo nos colocou diante de uma nova tarefa: a construção de um jornal de esquerda. Empenhamos toda nossa energia para construir junto com outras forças esse que é hoje um instrumento da esquerda na propagação de ideias e formação política, consolidando um campo de pensamento e de prática: o jornal *Brasil de Fato*, que foi lançado durante o Fórum Social Mundial de 2003.

### **2004 a 2010: a Retomada da Consulta Popular como instrumento político**

Em 2004, lançamos o texto “Refundar a Esquerda para Refundar o Brasil” preparatório para a Plenária de dirigentes sociais. Nesta plenária, expressamos nossa disposição em construir um instrumento político que respondesse aos desafios da luta de classes. Com o processo de construção deste instrumento, convocamos a II Assembleia Nacional dos Lutadores e Lutadoras do Povo.

De 3 a 6 de março de 2005, realizamos a II Assembleia Nacional dos lutadores e lutadoras do Povo, em Goiânia (GO). Esta Assembleia elege nova Coordenação Nacional, com a responsabilidade de orientar a constituição dos novos núcleos da Consulta Popular, elaborar e orientar o debate sobre nosso Programa Político Estratégico e a organicidade. Definimos nossa intenção de nos converter numa organização política e iniciamos um rico e democrático processo in-





terno, com dois anos de debates que envolveram militantes e núcleos de quase todo o país, sobre os temas centrais da Revolução Brasileira.

2005 – Assembleia Popular Nacional – Mutirão por um novo Brasil: com entusiasmo e esperança, militantes e ativistas de todo o país inauguraram a Assembleia Popular Nacional. Oito mil homens e mulheres de movimentos sociais, da igreja e de organizações da sociedade civil estiveram no ginásio Nilson Nelson, em Brasília, para aprofundar o debate sobre Projeto Popular e o Brasil que queremos. Foram quatro dias de debates e reflexões sobre os desafios da esquerda brasileira e o seu papel fundamental para alterar a nossa realidade, por um país justo, livre e soberano.

De 15 a 18 de junho de 2006, realizamos a I Plenária Nacional da Consulta Popular, onde enfrentamos o debate da questão eleitoral e indicamos os cadernos de debates que impulsionaram os estudos preparatórios para a Assembleia Nacional.

Em 2007 foi a vez do Plebiscito pela anulação do leilão de privatização da Cia. Vale do Rio Doce. Mais de três milhões e 700 mil votos contra a privatização da Vale!

Ainda em 2007, comemorando os nossos 10 anos de existência, realizamos a III Assembleia Nacional da Consulta Popular “Apolônio de Carvalho”, em Belo Horizonte, MG. Foi o momento principal de um longo e contínuo processo nacional de debates que iniciamos em 2005. Nesta Assembleia, definimos o nosso programa estratégico publicado na cartilha 19 sob o título “Resoluções da 3ª Assembleia dos lutadores e lutadoras do Povo”.

Em 2008, iniciamos o “Curso Nacional do Programa Estratégico”, que é uma escola nacional de formação com etapas nacionais e regionais. Investimos neste processo por entender que converter-se numa organização de caráter partidário exige a construção de uma cultura política que valoriza e pratica o conceito de direção coletiva, que investe de forma persistente na organização de base e entende a importância da disciplina consciente.

O Curso Nacional do Programa Estratégico já realizou 3 etapas nacionais, que foram multiplicadas em etapas regionais, em todas





as regiões do Brasil, durante os anos de 2008, 2009 e 2010. Foram mais de 300 militantes orgânicos que passaram pelo mesmo processo de formação, orientado nacionalmente pelo nosso programa estratégico e pelos desafios do processo de construção.

Dezembro de 2008 – II Plenária Nacional da Consulta Popular, em Guararema (SP). A plenária teve o nome de “Aurora Maria do Nascimento Furtado” e nela realizamos um resgate e balanço de nossa tática e definimos as resoluções para o próximo período.

Em 2009, realizamos a III Plenária Nacional “João Cândido”, em Guararema (SP). Nesta plenária discutimos os desafios preparatórios da IV Assembleia Nacional, construindo um verdadeiro roteiro de debates que envolveu todos os núcleos e militantes no debate desses grandes desafios: aprofundamento de nossa estratégia, atualização da nossa tática, organização e identidade.

Em 2011, realizamos nossa IV Assembleia Nacional, homenageando o grande lutador do povo Carlos Marighella, que tem inspirado o nosso caminho de luta diante dos desafios impostos pela conjuntura e pelas nossas opções enquanto parte organizada da classe trabalhadora. Nossa intenção não é somente superar os desafios, mas também avançar no método coletivo de construção da organização e enfrentamento dos problemas

A IV Assembleia dos Lutadores e Lutadoras do Povo insere um 6º compromisso do Projeto Popular: o compromisso com o Feminismo, superando a divisão sexual do trabalho e a opressão de gênero, condição para a efetiva emancipação humana.

Somos um instrumento político em construção e apostamos no caminho mais longo, mas que se baseia no exercício democrático e coletivo em todas nossas ações e formulações. Somos a Consulta Popular.





A realidade brasileira exige a curada atenção e incansável estudo. “E como realidade objetiva, tomada por ponto de partida, requer a análise histórica aprofundada de suas grandes características.”

(Carlos Marighella – *Porque resisti à prisão*)



## FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA







## I. O povo brasileiro

“O povo brasileiro tem uma longa experiência no combate permanente que trava com as classes dominantes, visando obter o triunfo da democracia (não a democracia burguesa formal, mas aquela que mais de perto diz respeito à realidade econômico-social) e, simultaneamente, objetivando chegar ao aniquilamento do imperialismo e do latifúndio.”

1. O território brasileiro foi ocupado, ao longo de aproximadamente 40 mil anos, por povos que vieram da Ásia e aqui se reproduziram em agrupamentos sociais, clãs familiares e tribos que se constituíram como povos originários. Eles povoaram quase todo o território, em especial a região litorânea e margens dos rios, e viveram durante esses anos todos sob a formação socioeconômica do comunismo primitivo. Alguns se mantiveram nômades, outros se consolidaram em territórios definitivos. Em 1500 havia aproximadamente 5 milhões de nativos, divididos em aproximadamente 300 povos diferentes, com culturas e culturas distintos.

2. A conquista do território brasileiro pelos portugueses, no século XVI, expressou um confronto entre duas formações sociais diferentes: a sociedade feudal ibero-lusitana, pioneira do mercantilismo, diante da sociedade tribal e comunista primitiva dos povos indígenas. Ao encontrar aqui os povos originários, o colonizador europeu estabeleceu tensas relações marcadas pelo conflito e pela luta entre as duas forças que tinham interesses opostos.

3. Ao longo de quase quatro séculos, o projeto de exploração das terras brasileiras pelo conquistador europeu trouxe aprisionados da África aproximadamente 7 milhões de africanos. Como resultado das práticas desumanas e escravistas do modelo invasor, em meados do século 19, a população estimada em todo o território brasileiro era de 5 milhões, dos quais a metade constituída por trabalhadores escravizados.

4. Num contexto de constante conflito social e enfrentamento se formou um povo novo a partir dos grupos humanos que o co-





lonizador português (mestiço) encontrou neste território (povos originários) ou transplantou para cá (africanos). O povo brasileiro se constituiu, portanto, na contradição e na luta contra o projeto de dominação do conquistador europeu. Compreendemos as características fundamentais desse contingente humano filho da modernidade. Vimos que ele é também um povo-nação, reconhecendo-se como tal, falando uma mesma língua e habitando um território bem definido.

5. Ao mesmo tempo em que se aprofundava a escravidão, multiplicavam-se os levantes e enfrentamentos. Nossas revoltas foram intensas e marcaram cada momento de nossa história. A violência e a postura genocida dos invasores europeus constituem uma característica marcante no processo de formação da sociedade brasileira. É este o legado que a classe dominante tem para oferecer ao povo brasileiro: o esmagamento de nossa identidade, o massacre de nossas raízes históricas.

6. Portanto, a memória coletiva de nosso povo traz a marca da lembrança de uma repressão implacável a que foram submetidos todos aqueles que foram à ação e tiveram iniciativa de lutar. Esse é um elemento forte e presente em nosso imaginário coletivo. Não podemos desconsiderá-lo na construção de uma estratégia transformadora. Exatamente por isso é fundamental identificar onde residem nossas energias.

7. Apesar de tanta opressão e de enfrentarmos constantemente a tentativa de eliminação da nossa identidade, o povo brasileiro construiu uma cultura rica, criativa e potente. Uma cultura de síntese que nos permite recordar quem somos. Uma cultura que representa a potência e a energia que constroem nossa identidade e autoestima.

8. Contemporaneamente, nosso povo é portador das raízes do Brasil, um patrimônio cultural que se manifesta cotidianamente nos hábitos, costumes, tradições, artes e manifestações de rebeldia frente à exploração da classe dominante. Uma cultura que é nossa razão de existir.





9. Resgatar a importância do conceito de povo brasileiro não significa negar a divisão da nossa sociedade em classes sociais como elemento central de nosso processo histórico. Ao contrário, ao falar em povo brasileiro, estamos reforçando a compreensão de que nossas classes dominantes sempre privilegiaram compartilhar, de forma associada e subordinada, com as classes dominantes internacionais, a pilhagem de nossas imensas riquezas e a exploração do nosso povo. Ou seja, jamais tiveram interesse em construir um projeto de nação que não fosse apenas uma mera caricatura. Nosso povo, que sempre contou apenas com sua força de trabalho, expressa nas suas lutas o melhor da tradição proletária. Nossa identidade, valores e cultura se unem à tradição revolucionária da classe trabalhadora de todo o mundo. Pátria e nação somente adquirem sentido num Projeto Popular e concebidas a partir do processo histórico de nosso povo não se contrapõem ao internacionalismo proletário.

10. Compreender o conceito de povo brasileiro não é uma questão secundária. Esse conceito é central para a formulação de um Projeto Popular para o Brasil. Além disso, representa, por si só, uma demarcação com a cultura eurocêntrica que vem permeando nosso pensamento de esquerda. Partimos do povo brasileiro, razão e sentido de nossa luta.

11. Debruçados em ampla visão da nossa formação histórica, nos percebemos como um povo que ainda está no começo de sua própria história e cuja identidade – por sua gênese e sua trajetória – não se pode basear em etnia, religião, vocação imperial, xenofobias ou vontade de isolar-se.

12. Historicamente, a classe dominante brasileira sufocou e não permitiu o direcionamento das potencialidades do nosso povo para a construção do Brasil nação-para-si. Eis porque falamos em uma crise de destino de uma nação inacabada, de uma crise de destino do povo brasileiro enquanto necessidade de viver-para-si. Completar esse processo, ou ainda, na linguagem de Caio Prado, realizar a Revolução Brasileira nos impõe uma dura luta pelo poder político na sociedade brasileira.





## II. A formação do Estado escravista moderno no Brasil

“Não ficar de joelhos, que não é racional renunciar a ser livre.

Mesmo os escravos por vocação devem ser obrigados a ser livres, quando as algemas forem quebradas.”

(Carlos Marighella – Rondó da Liberdade)

13. A chegada invasora dos colonizadores europeus ao nosso território, em 1500, está diretamente relacionada à necessidade de formação e expansão do mercado mundial. A colonização do território brasileiro não foi, portanto, um fato isolado ou mero produto do acaso. Faz parte de uma totalidade diretamente ligada ao crescimento do comércio mundial de mercadorias impulsionado pelo movimento de expansão marítima dos países da Europa. As navegações eram financiadas por comerciantes, ávidos pelas altas taxas de lucro desse nascente comércio.

14. Para atender a essas necessidades, as monarquias absolutistas europeias se somaram à burguesia nascente da época e usaram seu poderio militar para transformar os territórios invadidos – Ásia, África e América – em colônias comerciais sob seu controle político, jurídico e econômico. Nosso território foi dominado e se transformou numa colônia de Portugal. As riquezas naturais e os povos que aqui viviam passam a ser dominados pelos interesses de Portugal. Tais interesses buscaram: a) subordinar o povo e transformá-lo em mão de obra passível de exploração; b) usar o território, as riquezas e essa mão de obra para produção de bens necessários à metrópole.

15. Fornecer produtos primários e, assim, complementar a economia da metrópole portuguesa objetivando fortalecer seu peso no lucrativo mercado mundial em formação. Foi essa função que coube ao Brasil na divisão internacional do trabalho. A diversidade de bens naturais, clima quente e úmido e terras de boa qualidade contribuíram para potencializar o modelo agroexportador.

16. O sistema político-econômico que caracterizou a formação social brasileira nesse período foi fundado na escravização da força





de trabalho dos povos originários e, principalmente, na escravização da força de trabalho africana que potencializava o lucrativo tráfico de escravos que, durante muito tempo, foi a atividade mais lucrativa do território.

17. Nascemos, dessa forma, como uma colônia de exploração. Para sustentar o empreendimento colonizador, o território brasileiro e as sociedades que ele abrigava precisaram ser completamente direcionados para atender aos interesses de Portugal. Tudo o que existia – a natureza e as pessoas – foi instrumentalizado para fins mercantis, tendo como horizonte o mercado mundial em formação. Nossa exploração econômica foi planejada, com cuidadosa escolha dos produtos rentáveis e das tecnologias mais avançadas da época. Gigantescos recursos foram mobilizados nas principais praças financeiras da Europa. O ambiente natural preexistente foi adaptado ao projeto colonizador com a substituição das florestas de espécies nativas pela nova geometria das plantações de espécies transplantadas, associada à extração e queima de madeira, em um enorme entorno, para produzir energia.

18. O movimento histórico da colonização moderna, e o Brasil como parte dele, constituiu um mecanismo de acumulação originária (ou primitiva) do capital que estabeleceu as bases, ao longo do tempo, para a formação e desenvolvimento do modo de produção capitalista na Europa e do capitalismo dependente nas colônias de exploração. Tudo estava voltado para o lucro e para a acumulação primitiva de capitais.

19. Por acumulação primitiva de capital na formação social brasileira concebemos as atividades que representam processos de acumulação do capital através dos diversos mecanismos ainda não essencialmente capitalistas, ou seja, ainda não fundados na produção de mais-valia mediante exploração do trabalho assalariado livre.

20. Constatamos, por um lado, um modelo de produção sustentado nos grandes ciclos agrícolas – curiosamente vindos de fora e enviados para fora – como o cultivo da cana-de-açúcar, do algodão e a implantação da pecuária. E, por outro lado, pela exploração e





extração das riquezas naturais como ouro, diamante e prata aqui encontrados. Esse modelo se sustentava dentro das regras do pacto colonial imposto pela metrópole portuguesa: os plantadores escravistas eram contemplados com um mercado de consumo direcionado para seus produtos agrícolas e da intermediação de alguma potência europeia para conseguir outros mercados, já os mercadores europeus eram contemplados com um mercado destinado para os produtos europeus que eles comercializavam.

21. Esse modelo agroexportador era dinamizado pelo sistema *plantation* que possuía as seguintes características: a) concessão de grandes extensões de território para a produção em larga escala de gêneros comerciais destinados à comercialização no mercado mundial; b) utilização das mais modernas técnicas de exploração agrícola; c) utilização da mão de obra escravizada para o trabalho nas minas, na agricultura e nos serviços domésticos da “casa-grande” e da vida urbanizada.

22. As classes sociais que expressaram o antagonismo estrutural desse período histórico de nossa formação social eram: por um lado, o escravo rural, o escravo doméstico e o escravo artesão. A ampla maioria da sociedade era composta por essas três classes sociais. Por outro, constata-se o fazendeiro escravista, o mercador de escravos, o rentista escravista urbano (aluga escravos artesãos) e o proprietário de escravos domésticos. No entanto, as classes sociais fundamentais e que, portanto, expressam a contradição fundamental da sociedade são o *fazendeiro escravista* e o *escravo rural*. Os povos originários foram cada vez mais encurralados para o interior do país e tendo sua existência cada vez mais ameaçada na medida em que se afirmava pela força do projeto do colonizador. Constatam-se também os mestiços, que sobreviviam com qualquer trabalho, em especial relacionados com serviços. Importante ressaltar o papel dos jesuítas, a serviço da Igreja Católica, na “domesticação” dos indígenas e na disseminação do catolicismo como religião dominante na sociedade brasileira. Identificamos também os funcionários provenientes de Portugal, que vinham contribuir na composição do corpo burocrático do aparelho de Estado.





23. O pacto colonial vai entrar em crise e romper-se a partir do momento em que: a) o monopólio comercial da metrópole entra em contradição com os interesses da nova classe dominante europeia, particularmente a burguesia industrial inglesa, que precisava de muitos mercados consumidores para seus produtos, matérias-primas e alimentos a baixo custo; b) o mercado da metrópole passou a não conseguir absorver a totalidade dos produtos coloniais e a classe dominante metropolitana não mais conseguia distribuí-los nas condições favoráveis.

24. No caso brasileiro, fatos como a abertura dos portos (1808), a independência política (1822), a extinção do tráfico de escravos africanos (1850) contribuíram para a constituição do capitalismo em nosso país. O avanço da acumulação primitiva de capital foi favorecido por um processo que se expressou na formação de um Estado nacional que unificou regras de comércio que beneficiaram a burguesia mercantil; no fim da intermediação parasitária do monopólio do comércio português; desenvolvimento de uma burocracia estatal; numa receita de impostos própria do país.

25. Na segunda metade do século 19, já pressentindo o fim do trabalho escravizado e preocupada com suas consequências, a Coroa Imperial fez ampla campanha na Europa para atrair mão de obra de camponeses pobres. Migraram para o Brasil, entre 1875 e 1914, 1,6 milhões de camponeses pobres, para, intencionalmente, substituir os 2 milhões de trabalhadores escravizados. Por outro lado, o Império brasileiro promulgou a Lei nº 601, de 1850, que introduzia a propriedade privada da terra, em substituição ao sistema de concessão de uso, transformando-a em mercadoria e liberando-a como objeto de compra, venda e reserva de valor.

26. No final do século 19, instalou-se a crise do modelo escravocrata. Contribuíram para essa crise: a) as revoltas dos trabalhadores escravizados que fugiam e formavam os quilombos, causando grandes prejuízos às fazendas; b) pressão internacional do império inglês, que combateu o tráfico de trabalhadores escravizados da África; c) e o próprio desenvolvimento do capitalismo industrial





na Europa, assentado sobre a exploração do trabalho assalariado fabril, como principal fonte de acumulação de riquezas. Com o fim legal da escravidão em 1888, o modelo atingiu sua crise terminal.

### III. O desenvolvimento do capitalismo no Brasil

27. No final do século 19 e início do século 20, constatamos uma transição marcada por um conjunto de transformações econômicas e políticas que lançou as bases para o avanço do capitalismo no Brasil. O conteúdo fundamental dessa transição reside, portanto, na abolição da escravatura em 1888, na proclamação da República em 1889 e na Constituição Republicana de 1891.

28. Essa transição que consolidou o avanço do capitalismo no Brasil foi hegemônica pelo setor agrário-exportador apoiado em formas camponesas dependentes que continham aspectos pré-capitalistas amplamente disseminados. Surgiu então uma nova aliança de classes entre a velha oligarquia rural, a nascente burguesia industrial, e os capitalistas industriais de capital internacional que vieram dos Estados Unidos e da Europa implantar suas fábricas, em busca de mão de obra barata.

29. A implantação da indústria no Brasil, realizada tardiamente em relação à revolução industrial inglesa – meados do século 18 – foi resultado de investimentos de três formas básicas de capital. Primeiro, a transformação do capital da oligarquia rural, originário das exportações agrícolas, que foram investidos em fábricas. Segundo, o Estado brasileiro utilizou uma grande parte dos recursos públicos para realizar investimentos nos transportes e na indústria, seja na indústria básica, como a siderurgia, seja na indústria de bens de consumo, associado a capitalistas privados. E, terceiro, foram os capitalistas estrangeiros que trouxeram suas indústrias e investiram sozinhos ou associados a outros capitalistas, como acima descrito.

30. Nos anos 20, a contração da demanda externa do café e a queda dos preços internacionais favoreceram a crise do modelo agrário-exportador e de seu padrão de financiamento externo. Esse contexto foi acompanhado de crise política e cisões no seio





das oligarquias agrárias, que possibilitaram o êxito do movimento político-militar de 1930 liderado por Getúlio Vargas. Sem a participação popular diretamente nesse processo de mudanças, constitui-se a partir desse momento um rearranjo do bloco de poder no qual nenhuma fração da classe dominante do período anterior foi totalmente excluída. A burguesia industrial, mesmo tendo uma posição conservadora frente ao movimento político-militar de 1930, foi quem mais se beneficiou. Iniciava-se um novo ciclo de acumulação capitalista no qual o Estado teve uma participação fundamental como agente indutor da industrialização e do desenvolvimento nacional.

31. De novo, a expansão da indústria no Brasil obedeceu a uma lógica dialética de associação subordinada dos interesses dos capitalistas brasileiros com o capitalismo internacional, que já se encontrava em sua fase imperialista. Isso fez com que nossa industrialização fosse dependente. As empresas transnacionais vinham ao Brasil como uma necessidade para seguir ampliando seus mercados, em busca de mão de obra barata, para depois reexportar seus produtos para a metrópole e obter assim maiores taxas de lucro. E transferiam também, para as fábricas no Brasil, as máquinas e ferramentas (capital constante) já obsoletos tecnologicamente em seus países e já amortizados nos processos produtivos anteriores. Essas máquinas usadas entravam como investimento estrangeiro e geravam uma dívida externa das filiais, resultando em mais uma forma de transferir riquezas às suas matrizes, por meio do pagamento desses empréstimos.

32. Nesse novo modelo de produção, o polo central de acumulação capitalista passou a ser a indústria. Ou seja, a exploração do trabalho operário e a ampliação do mercado local de bens e serviços. Assim, a agricultura passou a se subordinar a esse polo hegemônico de acumulação do capital. A indústria passou a produzir os insumos para a agricultura, gerou um mercado interno de alimentos formado pela nascente classe operária fabril e pelo desenvolvimento da urbanização acelerada da sociedade brasileira.





33. Para que essa aliança estratégica entre a indústria e a agricultura fosse viabilizada e formasse um mercado interno forte e estável que potencializasse o consumo das classes populares (como ocorreu nos países centrais do capitalismo nos séculos XIX e XX), teria que ter ocorrido um processo de reforma agrária fundado na implantação da agroindústria. Essa aliança proporcionaria um ganho de produtividade maior para a indústria brasileira, assim como possibilitaria agregar valor às matérias-primas produzidas no campo. No entanto, a burguesia brasileira, sócia menor e subordinada ao imperialismo, não priorizou a construção de um mercado interno forte e estável. Ao contrário, combateu qualquer possibilidade de reforma agrária em nosso país. Ao fazer essa opção, a classe dominante brasileira estimulava o êxodo rural, reforçava o exército industrial de reserva nos centros urbanos e, assim, rebaixava o valor da força de trabalho. Constituiu-se um descompasso entre o desenvolvimento da indústria e a nossa agricultura. Nossa “vocação agrícola” subordinada ao mercado externo continuou e contribuiu para que nossa industrializa o assumisse um caráter dependente.

34. Por outro lado, a partir da década de 1950, por influência das transnacionais europeias e estadunidenses, passou-se a adotar a chamada “revolu o verde”, que significava a ado o de técnicas agrícolas totalmente dependentes da indústria de agrotóxicos, de fertilizantes químicos e da mecaniza o no processo produtivo agrícola, aumentando ainda mais a dependência da agricultura em rela o aos insumos produzidos pela indústria, como se esses insumos fossem fundamentais para o aumento da produtividade física das lavouras e do trabalho na agricultura. De fato, eles lograram aumentar em muito a produtividade da agricultura, mas isso não significa que eram as únicas formas possíveis de aumentar a produtividade da lavoura e do trabalho.

35. No período de transi o do modelo agroexportador para a industrializa o dependente, o processo de mudanças no mundo do trabalho fabril e agrícola havia levado ao surgimento de duas novas classes sociais no Brasil. Nas cidades, desenvolveu-se, de





forma vertiginosa, a classe operária. E, no campo, tivemos o nascimento da classe social dos proletários rurais, que passaram a viver do trabalho assalariado, assim como surgiu o camponato como uma nova classe social. Os camponeses brasileiros se conformaram a partir de duas vertentes. De um lado, os camponeses pobres migrantes da Europa, que compraram parcelas de terra do Estado, ou se associaram aos fazendeiros do café e da cana, reproduzindo-se como camponeses parceiros, no regime chamado de colonato. E, de outro lado, de Minas Gerais para o Norte, se consolidaram os camponeses originários dos mestiços, que, não tendo direito a comprar terra, embrenhavam-se sertão adentro, interiorizando-se, e, por isso, receberam o apelido original de “sertanejos”. E lá, sem serem proprietários das terras, mas ocupando terras públicas, se dedicavam à agricultura de subsistência e se reproduziam como camponeses, com trabalho familiar, vendendo os excedentes nas feiras e mercados locais.

36. Ao longo do século 20, o processo capitalista industrial tomou conta da agricultura brasileira e formou então uma sociedade rural mais complexa, formada basicamente pelas seguintes classes sociais: os grandes proprietários de terra, que acumularam grandes extensões de terra, desde a lei de 1850. Essa burguesia agrária proprietária foi alcunhada de fazendeiros, latifundiários e oligarquia rural. Esse segmento representa, hoje, ao redor de 30 mil famílias. Em seguida, formou-se uma pequena burguesia agrária, modernizada pela industrialização e totalmente dependente do mercado capitalista, formada pelos médios proprietários de terra, de áreas entre 100 e 1000 hectares. Esse segmento representa ao redor de 300 mil famílias. Depois, temos os camponeses em geral, os pequenos proprietários de terra, ou arrendatários abastados, com menos de 100 hectares. Eles representam hoje ao redor de 5 milhões de famílias. Um estudo sociológico mais apurado pode detectar que, entre eles, há camponeses abastados, medianos e há camponeses pobres, semiproletários, e que o processo capitalista os marginaliza e os expulsa sistematicamente para as cidades. Temos também a





classes dos camponeses mais pobres, despossuídos de terra, que em geral trabalham nas terras da burguesia e pequena burguesia agrária. São os chamados sem-terras, que vivem como posseiros pobres, arrendatários, meeiros, filhos adultos de camponeses pobres. Representam um contingente de 4 milhões de famílias. E, finalmente, temos o proletariado rural, formado pelos trabalhadores assalariados na agricultura, alguns de forma permanente, outros de forma temporária, combinando sua condição de camponeses sem terra e com pouca terra com a condição de assalariados temporários.

37. Na década de 1960, o modelo de industrialização dependente (substituição de importações) enfrentou sua primeira crise cíclica. Caíram os níveis de produção e emprego. A inflação alcançou níveis elevados. Gerou-se um processo de debate na sociedade e, ao mesmo tempo, um processo de mobilização de massas. Esse clima de crise e mobilização das massas populares foi beneficiado por um contexto internacional de uma correlação de forças favorável às classes trabalhadoras de todo o mundo, que havia produzido processos revolucionários e anticapitalistas em vários países da periferia do capitalismo. Havia um clima internacional de mudanças gerado pela ofensiva da classe trabalhadora e dos povos oprimidos, que levaram a revoltas populares e vitórias na China (1949) na Guerra do Vietnã (1950-1975), nos processos de libertação nacional das colônias africanas durante o período de 1960-1975. E, na América Latina, também havia um ascenso dos movimentos de massa, com teses revolucionárias, que levaram a revoltas populares na Bolívia (1950-1954) Guatemala (1954), Cuba (1956-1959), República Dominicana (1963-1964) e em outros países.

38. Esse contexto nacional e internacional produziu, no período de 1960, um amplo debate na sociedade e agitação nas classes trabalhadoras sobre a saída para a crise brasileira. Por um lado, os nacionalistas com viés anti-imperialista inspirados nas propostas da Cepal (Comissão Econômica para América Latina e o Caribe), argumentavam que o modelo agroexportador e os mecanismos concentradores de renda, principalmente a estrutura fundiária, estavam





na origem da perda de dinamismo do desenvolvimento brasileiro. Por isso, para a economia superar a crise era necessário desenvolver a industrialização de bens de consumo, interiorizando as fábricas, mas combinando com distribuição de renda e reforma agrária, para ampliar o mercado consumidor nacional. Nesse sentido, era fundamental que o Estado viabilizasse as reformas de base. Por outro, os economistas liberais argumentavam que a retomada do crescimento seria resultado da atuação da iniciativa privada em condições econômicas favoráveis, que seriam criadas pelos próprios fatores do mercado e não pela intervenção “danosa” do Estado. Importante também destacar o posicionamento dos setores da esquerda, que reivindicavam a teoria da dependência de viés marxista que expressavam propostas mais socializantes. E, finalmente, nesse embate, as classes dominantes brasileiras consolidaram sua aliança com o capital estrangeiro, em especial dos Estados Unidos, articularam-se com as Forças Armadas e aplicaram um golpe de Estado, que resultou num regime militar durante o período de 1964-1984.

39. Durante a ditadura militar, o capital internacional fez grandes investimentos na infraestrutura econômica e social do país, na construção de estradas, portos, e também nas indústrias, gerando então um novo ciclo de crescimento econômico. Mas, como consequência do aprofundamento da subordinação da nossa economia ao imperialismo, resultou num maior domínio das empresas transnacionais nos setores mais lucrativos da economia e numa enorme dívida externa, que saltou de 3 bilhões para 100 bilhões de dólares em apenas 15 anos. O capital internacional encontrou, então, uma nova forma de explorar nossa sociedade como um todo. Não era apenas por meio dos baixos salários pagos à mão de obra nas fábricas, mas, agora, se exigia que o governo transferisse para o exterior, em especial aos bancos privados e públicos, em nome de toda a sociedade, vultosos recursos na forma de pagamento de juros, amortizações e *royalties* para as empresas transnacionais.

40. No início dos anos de 1980, o modelo de industrialização dependente entra em crise. Surge o desemprego estrutural, que





passa a marginalizar enormes contingentes de trabalhadores, acima de 15% da população economicamente ativa, e, portanto, bem acima das taxas naturais de exército industrial de reserva (ao redor de 6% da PEA), que faziam parte da lógica de funcionamento do capitalismo industrial. As dívidas externa e interna se multiplicam, tanto para o setor público, quanto para as empresas capitalistas. Muitas empresas quebram.

41. A crise do modelo de industrialização dependente gerou uma rearticulação de classe e a gestação de uma nova aliança das classes dominantes, agora subordinadas ao capital internacional. Com um agravante: nessa etapa, o capital internacional está hegemônico pelo capital financeiro. Portanto, na década de 1990, as classes dominantes brasileiras aceitaram a subordinação da economia brasileira ao capital internacional financeiro. Esse controle do capital internacional se aprofundou e se ampliou por meio dos bancos internacionais, das empresas transnacionais, dos acordos internacionais, dos organismos controlados pelo capital internacional, como Banco Mundial, FMI, Organização Mundial do Comércio, e das Bolsas de Valores e de Mercadorias instaladas nos países centrais. Ao conteúdo dessa nova aliança chamou-se “neoliberalismo”.

42. Esse novo patamar de acumulação do capital internacional subordinou a economia brasileira e se apoderou das principais empresas estatais e privadas. Desnacionalizaram os principais setores estratégicos, da indústria, do comércio e serviços. E passaram também a controlar a agricultura brasileira.

43. O Estado brasileiro é parte e instrumento do poder das classes dominantes para viabilizar e garantir seu processo de acumulação de capital e suas elevadas taxas de exploração e lucro. Nesses cinco séculos e, mais ainda, a partir do século 20, percebe-se o papel fundamental do Estado brasileiro na construção das bases materiais necessárias para a acumulação e concentração de riquezas pela classe dominante.

44. O Estado brasileiro não se restringe a normatizar as regras do processo de desenvolvimento capitalista; ele utilizou sempre seu





poder concentrador de capital, de aglutinador da mais-valia social, arrecadada da população por meio dos impostos, para repassar parte desses recursos como capital financeiro para as empresas. Repassa na forma de financiamento subsidiado para investimentos, utilizando-se do sistema bancário público, Banco do Brasil, BNDES, BNB, Sudene, assim como o Estado foi o gestor da transferência de renda nacional para o capital internacional a partir da década de 1970, no pagamento da dívida externa. E, a partir da década de 1990, o Estado se transformou no principal fiador e viabilizador desse modelo.

45. Finalmente, o capitalismo brasileiro carrega as marcas e as especificidades típicas de uma formação social constituída enquanto colônia de exploração a serviço da acumulação primitiva de capital. Aqui, o processo de desenvolvimento do capitalismo não passou por algumas reformas clássicas das revoluções burguesas que foram aplicadas nos países do centro do capitalismo fundamentais para dinamizar a acumulação de capital. Essas reformas passam pela democratização da propriedade no campo, pelo planejamento e estruturação adequada dos centros urbanos, pelo desenvolvimento industrial soberano, pela estabilidade continuada de liberdades democráticas e a garantia e efetivação de direitos sociais básicos. Esses elementos históricos de nossa formação estão associados à emergência de uma burguesia débil, sócia menor e dependente do imperialismo. Uma burguesia incapaz de levar esse conjunto de reformas à frente e consolidar um projeto de nação. São esses os fatores históricos que atualizam o capitalismo brasileiro enquanto capitalismo dependente.

46. O processo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro, ao longo desses anos, gerou em nosso território as consequências naturais de sua lógica de funcionamento, que é o desenvolvimento desigual, excludente, porém, combinado. Assim, o capital tomou conta de todas as formas de produção na sociedade brasileira, em todos os setores de bens e serviços e em todas as regiões. No entanto, a natureza do processo de desenvolvimento das forças produtivas, as taxas de exploração e de lucro são diferenciadas.





47. O desenvolvimento desigual e combinado da acumulação de capital demonstra que no capitalismo é impossível generalizar, em todos os países, direitos sociais e democráticos, soberania política e econômica, bem-estar social etc. Isso porque a desigualdade social, assim como a desigualdade entre as nações, é inerente à lógica do capital. Somente o internacionalismo proletário existente em realidades nacionais e concretas, expresso na luta de todos os povos oprimidos, pode levar à frente essas bandeiras numa caminhada em que o horizonte é o fim da exploração do homem pelo homem.

#### **IV. O capitalismo brasileiro nos últimos 30 anos**

48. As décadas de 1990 e 2000 apresentaram importantes modificações no capitalismo brasileiro, ainda não incorporadas devidamente em nossas formulações.

49. O movimento de crescimento do exército industrial de reserva brasileiro nas últimas décadas, manifesto no aumento da chamada População Economicamente Ativa, em termos absolutos e em relação à População em Idade Ativa (razão conhecida como taxa de participação), sugere que passamos por um período histórico de elevação da massa de mais-valia produzida em nossa economia.

50. Concomitante ao aumento do exército industrial de reserva, presenciamos a elevação do nível de desemprego na década de 1990 e um amplo processo de reestruturação produtiva perpetrada pelo capital, contribuindo para a elevação da taxa de mais-valia e para a disseminação da informalidade e das formas de trabalho precarizadas.

51. A elevação da massa e da taxa de mais-valia no capitalismo brasileiro das últimas décadas recorreu ao enquadramento do movimento sindical em uma dinâmica compatível, valendo-se, dentre outras práticas, da perseguição direta aos sindicatos (cujo marco foi a greve dos petroleiros de 1995), da criação de entidades diretamente alinhadas ao patronato (Força Sindical) e do atrelamento





das entidades classistas ao aparelho de Estado (reconhecimento das centrais sindicais para divisão do imposto sindical).

52. Este movimento da produção da mais-valia foi a base sob a qual se assentou a mudança na correlação de forças na luta de classes brasileira, tanto na consolidação da hegemonia burguesa nas últimas décadas, como no descenso dos movimentos de massa.

53. Pela ótica do capital, três mudanças foram de extrema relevância. A primeira foi a intensificação da integração brasileira ao mercado mundial imperialista, seja no âmbito da produção, com o aumento do volume de capital estrangeiro em nosso espaço econômico na modalidade de investimento direto, no da realização, com o aumento do volume e valor das exportações e importações, e no do capital fictício, com a presença de bancos e investidores internacionais no sistema financeiro nacional. Chama ainda a atenção um importante processo vinculado à integração brasileira ao mercado mundial: o gradual aumento da importância das relações comerciais e de investimento com o capitalismo chinês, um dos grandes fatores responsáveis pelo aumento da importância das *commodities* agrícolas, minerais e energéticas na pauta de exportação brasileira.

54. A segunda mudança sob a ótica do capital diz respeito às frações da burguesia interna. Na década de 1990, consolida-se uma fração ligada à prestação de serviços antes de responsabilidade estatal (planos de saúde e de previdência, educação e segurança privadas etc.), junto a uma brutal transferência de propriedade de capital, antes sob controle estatal, para o grande capital local e internacional durante os processos de privatização, consolidando-os economicamente e desdobrando-se na expansão de empresas ou blocos locais de capitais para outros países, trazendo para nossa realidade a exportação de capitais na forma de multinacionais de origem local. Com isso, o bloco no poder sofre uma modificação da década de 1990 para a de 2000, ampliando a coalizão hegemônica das frações financeiras/capital internacional/agronegócio para incluir o grande capital industrial, ampliação esta respaldada





em diferenças importantes no escopo da política econômica<sup>1</sup> do período.

55. A terceira mudança diz respeito ao ritmo de acumulação de capital, baixíssimo na década de 1990 e que sofre uma aceleração na de 2000, contribuindo não só para uma reversão no nível do desemprego e conseqüentemente na queda da remuneração da força de trabalho, marcantes na década de 1990, mas constituindo uma das bases materiais do amplo referencial que as massas possuem na figura de Lula, o chamado Lulismo, ao lado da expansão do crédito direto ao consumidor, ambos contribuindo para um período de expansão acelerada do consumo e dos investimentos.

#### **V. Atual desenvolvimento do capitalismo no Brasil e na América Latina: mudanças e desafios**

56. A convergência de três fatores históricos favoreceu o início de um movimento de mudanças políticas e econômicas na América Latina. São eles: a) a mobilização popular contra as traumáticas experiências dos governos neoliberais; b) o acúmulo de frentes de batalha contra os Estados Unidos (Iraque, Afeganistão e as possibilidades do Irã e da Coreia do Norte); c) por fim, a manifestação da crise econômica no coração da economia estadunidense abre espaço para que os países dependentes diversifiquem seus parceiros comerciais. A consequência disso é que o imperialismo abre um flanco que vem sendo aproveitado pelas nações latino-americanas, tanto no campo político quanto no campo econômico, que poderá significar um acúmulo de forças importante para o avanço das forças populares. Desde o final da década 90, os povos latino-americanos vêm reagindo ao neoliberalismo e construindo, gradativamente, uma agenda pós-neoliberal fundada na integração autônoma dessas nações.

<sup>1</sup> Grosso modo, enquanto a década de 1990 foi marcada pelo regime de metas de inflação com elevados juros reais, câmbio flutuante com livre mobilidade de capitais e *superavit* primários em meio ao aumento do estoque de dívida pública, na década de 2000 foram adicionadas a esta lista a expansão da concessão de crédito bancário, no geral, e do BNDES para o grande capital, em particular.





57. Nesse processo, a constituição de governos progressistas na América Latina possibilitou iniciativas que se chocam com os interesses do imperialismo, dentre elas destacamos a ALBA (Aliança Bolivariana para a América), que supera a concepção de integração como algo meramente econômico e propõe uma integração entre os povos com sua cultura e economia direcionada para os interesses da classe trabalhadora. Outra iniciativa fundamental é a UNASUL (União de Nações Sul-Americanas), que tem se destacado pelo avanço no campo da integração política constituindo-se num espaço autônomo frente a OEA (Organização dos Estados Americanos), que tradicionalmente é submissa aos interesses do imperialismo.

58. Dentro desse mesmo movimento de mudanças, estão em curso nos países latino-americanos políticas macroeconômicas de cunho desenvolvimentista que variam suas características dependendo do país. Em países como Venezuela, Bolívia e Equador o desenvolvimentismo está articulado com um conjunto de reformas estruturais (estatização de setores estratégicos da economia, reforma agrária, democratização dos meios de comunicação, participação popular etc.). Essa aliança entre desenvolvimentismo e reformas estruturais divide a sociedade, gera conflitos de classe e educa política e ideologicamente as massas. Formou-se um ambiente propício para que a mobilização popular reivindique o socialismo como alternativa real. A evolução desse processo poderá gerar um impasse político em que a questão do poder e do socialismo poderá surgir como força histórica concreta. Já países como Brasil, Argentina e Uruguai aplicam políticas desenvolvimentistas de cunho conservador, sem reformas estruturais. A ausência das reformas estruturais não politiza a sociedade e contribui para desmobilizar as forças populares. Ao mesmo tempo, países como o Chile, a Colômbia e o Peru ainda estão presos à agenda neoliberal.

59. É diante desse cenário que está se constituindo um novo quadro da luta de classes nos países dependentes.

60. Vivemos um momento histórico em que o capitalismo passa por uma crise estrutural. As características centrais desse período





de crise estrutural se expressam: a) no intervalo de tempo cada vez mais curto entre as crises cíclicas de superprodução; b) no baixo crescimento econômico da economia mundial em curso como uma tendência que permanecerá durante muitos anos, particularmente, nos países centrais do capitalismo; c) na crise fiscal dos países centrais do capitalismo; d) no aumento sem precedentes da destruição e degradação da natureza.

61. O entrelaçamento da esfera produtiva com a esfera financeira fez com que os primeiros sintomas da crise de superprodução em curso se apresentassem no setor financeiro. No entanto, já são notórios os impactos da crise no setor produtivo, principalmente nos países centrais, onde crescem os níveis de desemprego. Para sair desse cenário, a crise da União Europeia tem demonstrado que a receita dos governos é a mesma de sempre: volumosos subsídios financeiros para os grandes capitalistas e corte de gastos nas áreas sociais.

62. A crise atinge centralmente a economia estadunidense marcada pelos constantes e baixos índices de crescimento econômico e pelo aumento do desemprego. Como resposta a esse cenário, o governo Obama utiliza o mecanismo de transferir a crise para os países dependentes através da desvalorização do dólar frente às outras moedas nacionais e através dos investimentos no complexo industrial-militar potencializado pelos conflitos militares do império no Iraque, Afeganistão e a manutenção de bases militares pelo mundo.

63. Os países dependentes certamente sentirão cada vez mais os impactos da crise na medida em que o modelo agroexportador que dinamiza essas economias for afetado pela diminuição da procura por produtos primários e pela queda dos preços desses produtos no mercado mundial. A desvalorização do dólar imposta pela política econômica estadunidense ao restante do mundo prejudica processos de industrialização em curso nos países da periferia do capitalismo, pois facilita a importação de produtos industrializados e de algumas matérias-primas, diminui a capacidade de competição da indústria





e enfraquece o mercado interno. O aprofundamento desse cenário reduzirá o crescimento econômico desses países e aumentará a sangria de seus orçamentos por suas dívidas públicas.

64. Portanto, a crise econômica em curso, que se mostrará profunda e prolongada, colocará a América Latina num dilema: as políticas macroeconômicas desenvolvimentistas aplicadas atualmente se mostrarão insuficientes pelo fato de que as mesmas ainda estão articuladas com o rentismo financeiro, que é parte da crise e absorve boa parte da mais-valia social dos países dependentes. Diante disso, os estados nacionais latino-americanos vão se deparar com o desafio de regulamentar seus sistemas financeiros, controlar os fluxos de capitais e proteger os setores estratégicos da economia. Caso contrário, aplicarão as velhas receitas ortodoxas de ajuste fiscal que penalizam a classe trabalhadora.

65. Diante do aprofundamento da crise, será tarefa das forças populares acumular forças suficientes para apresentar uma alternativa real de poder através de um projeto de mudanças estruturais (democráticas e populares) na sociedade. Essa agenda possibilita a polarização política das forças sociais e favorece a construção das condições objetivas e subjetivas que colocam a questão da conquista do poder do estado na ordem do dia. Num cenário como esse, a mobilização de massas é o caminho para apresentar o socialismo como superação da crise civilizatória provocada pelas mazelas intrínsecas à natureza do capitalismo.

## VI. Imperialismo

“Penso que os revolucionários brasileiros têm o dever de buscar unificar suas forças. Sem tal unidade, nosso povo não pode libertar-se do domínio do imperialismo norte-americano.”

(Carlos Marighella – Carta ao Almirante Aragão)

66. Reafirmamos o imperialismo enquanto o principal inimigo da humanidade, entendido não enquanto um ente externo, mas





como uma estrutura e uma relação fundamental do sistema de dominação capitalista em escala internacional. Em momentos de crise, as ações imperialistas se intensificam, com a retomada de políticas neoliberais e a busca por recursos naturais e energéticos, novos mercados e novas maneiras de ampliar a exploração dos trabalhadores em todo o mundo.

67. Observamos a América Latina hoje enquanto um cenário de disputa hegemônica, que se dá na base de três projetos em disputa: o primeiro é o projeto imperialista, caracterizado por sua nova ofensiva econômico-militar e o apoio de governos de direita; o segundo gira em torno dos países que compõe o MERCOSUL, liderados pelo Brasil, e caracterizados por uma política neodesenvolvimentista no âmbito interno e no foco das relações Sul-Sul no âmbito externo, sem o esforço de romper as relações com o imperialismo; e o terceiro projeto, que nos apresenta uma forma de resistência ao imperialismo e ao neoliberalismo, buscando a integração regional enquanto forma de luta, representada na Aliança Bolivariana Para os Povos de Nossa América (ALBA).





“A revolução é sempre o resultado do desenvolvimento da sociedade e tem a ver com as relações de produção e o sistema de propriedade. O essencial numa revolução é a questão do poder. Mas esta questão não se traduz pela substituição de uns homens por outros nos postos de mando. Isto é, não se trata de substituir os antigos dirigentes do aparelho de Estado por outros pertencentes às mesmas elites ou classes até então dominantes. O problema consiste em saber que novas classes chegaram ao poder derrubando as velhas classes dirigentes.”  
(Carlos Marighella – *A crise brasileira*)



## APROFUNDAMENTO DA ESTRATÉGIA







## I. O que é estratégia?

A estratégia revolucionária determina o caminho geral pelo qual deve ser canalizada a luta de classes do proletariado para conseguir seu objetivo final: a derrota da burguesia e a implantação do comunismo, ou seja, é a forma como se planejam, se organizam e se orientam os diferentes combates sociais para alcançar esse objetivo.

## II. Como se constrói a estratégia?

Os elementos centrais de nossa estratégia foram aprovados na III Assembleia Nacional “Apolônio de Carvalho”, realizada em 2007. Para determinar a estratégia política devemos:

1. Considerar o processo histórico e as características da luta de classes;
2. Analisar a correlação de classes (como se comportam as classes sociais), possibilitando a construção de alianças, um bloco de forças capaz de levar adiante a revolução até a sua vitória, buscando incorporar à revolução setores, cada vez mais amplos, da população;
3. Determinar corretamente a força dirigente da revolução, suas forças motrizes e seus possíveis aliados;
4. Definir os inimigos (estratégicos e imediatos);
5. Analisar a via mais provável do desenvolvimento da revolução;
6. Analisar a correlação de forças internacional (as possibilidades de apoio e a capacidade de intervenção do imperialismo).

## III. É possível uma Revolução no Brasil?

“As novas gerações de operários, camponeses, intelectuais, estudantes, homens e mulheres jovens, com a experiência porque estão passando nos dias de hoje, trarão o influxo do sangue novo que no processo social sempre é exigido para a afirmação de uma liderança em consonância com as novas condições.” (Carlos Marighella – *Porque resisti à prisão*)

1. A solução para os graves problemas ligados às condições de vida do povo não virá da burguesia brasileira. Diferentemente de





outras “burguesias nacionais” em outros momentos históricos, a burguesia brasileira não pode realizar uma revolução burguesa no Brasil – ou seja, garantir às massas populares o acesso à riqueza nacional – sob pena de suicidar-se, desaparecer enquanto classe. A conservação de seu padrão de vida e de seus privilégios exige a conservação da atual ordem vigente, ou seja, dos atuais padrões de desigualdade, exploração, opressão e violência. Medidas são tomadas para acomodar as tensões sociais, camuflar os conflitos de classe e, em determinadas conjunturas, promover compensações sociais, sem nunca alterar a estrutura social de nosso país. Isso não faz desaparecer as contradições da realidade. Faz com que as contradições na verdade só se acumulem. Por isso, temos segurança de que a revolução não é mera expressão de nossa vontade. São as contradições da realidade que tornam possível uma revolução no Brasil, de modo que, se as condições para a revolução não estão dadas neste momento, a tendência dessas condições amadurecerem está colocada. E a realização dessa tendência depende da estratégia e das táticas traçadas pelas organizações revolucionárias.

#### **IV. Qual é a característica dessa revolução?**

2. O caráter da revolução brasileira é socialista, proletário e internacionalista. *Socialista* porque o desenvolvimento das forças produtivas em nosso país possibilita que se avance de forma ininterrupta para uma transição socialista, numa luta contra a burguesia e, de uma forma geral, contra a totalidade dos mecanismos de dominação e opressão vigentes nessa sociedade – no que se incluem o machismo e o racismo. *Proletário* porque o sujeito histórico da revolução é o proletariado, as massas populares, a classe trabalhadora, cabendo à burguesia apenas o papel de inimiga. E *internacionalista* porque, a despeito de ser travada em cada país e em cada país triunfar, a transição socialista só avança e só se viabiliza se houver uma correlação de forças internacional favorável.





## V. Qual a questão central da revolução?

“A questão mais importante, a fundamental, é a questão do poder.

Os revolucionários no Brasil não se podem propor a uma outra coisa senão a tomada do poder, juntamente com as massas.”

(Carlos Marighella – Carta à Executiva)

3. O problema fundamental da revolução é a questão do poder. Os revolucionários têm a possibilidade de escolher o ritmo melhor: acelerar, radicalizar, fazer pausas e até retrocessos se for necessário, com a condição de que conquistem o poder do Estado e o retenham firmemente em suas mãos. A compreensão do caráter da revolução deve partir dessa orientação.

4. A história nos ensina que a consumação de uma revolução depende de uma série de variáveis. Em todas as revoluções, em todos os países e épocas, há certos traços recorrentes e necessários, dos quais é preciso ter conhecimento para agir com justeza em prol da revolução. Além disso, as condições históricas de cada país impõem elementos que igualmente deverão ser considerados para a consumação da conquista revolucionária do poder. Compreender esses traços e elementos é fundamental para definição da estratégia revolucionária.

## VI. Quais são os seus prováveis desafios?

5. A revolução necessariamente envolve um momento insurrecional, uma vez que, dentro de um processo democrático de mudanças estruturais, a burguesia, na condição de classe prejudicada, inevitavelmente reage no sentido de impedir *pela força* o avanço e a consumação das mudanças. Nesse sentido, a revolução necessariamente possui uma “questão militar”, e só triunfa se levar em conta uma ação que suporte a reação armada do inimigo.

6. A despeito deste traço, a revolução é processo: não tem receita, mas se desenvolve segundo as condições históricas originais de cada país (não apenas econômicas, mas também políticas e culturais) e





segundo a correlação de forças interna e externa. E o processo da revolução avança na medida em que avançam o grau de antagonismo de classes posto na sociedade, o nível de consciência das massas populares e a organização revolucionária do proletariado.

7. A revolução é necessariamente obra de milhões. Não houve uma só revolução na era contemporânea que não tenha tido o apoio ativo das massas – o que não pressupõe que as massas tivessem uma consciência socialista. Por isso, uma das questões fundamentais para as organizações revolucionárias é compreender quais são as condições através das quais as massas populares, dirigidas pelo proletariado, lançam-se na conquista revolucionária do poder, e como forjar tais condições.

8. A história nos ensina que as massas populares só se lançam na luta pela conquista revolucionária do poder quando se esgotam todas as suas expectativas para com a ordem burguesa. Por isso, em situações históricas nas quais as massas ainda têm expectativas de obter conquistas e ganhos por meio de outras vias que não a conquista revolucionária do poder, a revolução depende do esgotamento dessas expectativas. Nesse sentido, o problema que se coloca para as organizações revolucionárias é como induzir este esgotamento.

9. Apesar de toda a especificidade que cada país em cada momento histórico possa apresentar, este esgotamento depende sempre da experiência concreta das massas. Ou seja, as massas só deixam de ter expectativas para com a ordem burguesa e só se lançam na luta pela conquista revolucionária do poder quando a *sua experiência concreta* lhe demonstrar que não há nada a esperar da burguesia e que a conquista revolucionária do poder é uma necessidade. Nada pode substituir a experiência concreta das massas.

## **VII. Se a revolução é socialista por que falar em tarefas nacionais, democráticas e populares?**

10. O que determina as tarefas econômicas e sociais que definem o programa revolucionário são as contradições efetivas existentes que mobilizam os setores e forças sociais que integram





o campo da revolução e não o desejo das organizações revolucionárias. Sustentamos que a luta revolucionária contempla as tarefas nacionais, democráticas e populares que não foram historicamente cumpridas e que não poderão ser cumpridas pela burguesia brasileira. Sendo compatíveis com o nível de consciência das massas – e, portanto, capazes de mobilizar milhões – e, ao mesmo tempo, radicais o suficiente para não poderem ser absorvidas pela ordem social burguesa, o *esforço de realização* das assim chamadas “tarefas em atraso” tem o potencial de evidenciar e dinamizar o antagonismo de classes, colocar as massas em choque com a burguesia e ir alterando a correlação de forças na sociedade, que caminhe no rumo de um impasse entre os dois projetos em disputa – do proletariado e da burguesia.

11. Por isso é que, embora não sendo necessariamente anti-capitalistas do ponto de vista clássico, no Brasil e na periferia do capitalismo em geral as chamadas tarefas nacionais, democráticas e populares adquirem este caráter. Pois só podem ser consumadas através da derrubada da ordem burguesa vigente e da conquista revolucionária do poder pelas massas populares. Nesse sentido, a luta anti-imperialista e antineoliberal e a luta pelo socialismo se combinam. Não se pode chegar ao socialismo sem envolver as tarefas nacionais, democráticas e populares, nem tampouco se pode consumir estas sem atingir o socialismo, de modo que entre ambas não há etapas, mas uma ligação indissolúvel e uma unidade dialética.

12. É nessa perspectiva que, ao analisar a relação entre reforma e revolução no Brasil, Florestan Fernandes fala do “duplo caráter da revolução”, pela qual a revolução dentro da ordem (reformas radicais) pode, por força da dinâmica da luta de classes, se converter em revolução contra a ordem (conquista revolucionária do poder). Não se trata de duas revoluções, mas de facetas de uma única revolução.

13. Os que criticam a atualidade de um programa nacional, democrático e popular para a revolução brasileira não apenas são incapazes de formular uma alternativa de programa com tarefas *de caráter socialista* que se coloque no plano imediato como, na prática,





acabam aplicando em suas bases e campanhas eleitorais justamente o que tanto criticam: um programa de caráter nacional, democrático e popular, repleto de termos como “estatização”, “reajuste”, “participação”, “reforma”, “democratização” e “direitos”. Trata-se, portanto, de uma crítica cínica e sem conteúdo.

14. Portanto, demarcamos claramente nossas diferenças com as formulações do chamado “etapismo” e com todas as estratégias orientadas pela conciliação de classes, uma vez que o objetivo da nossa estratégia é alterar a correlação de forças na sociedade e criar as condições para a conquista revolucionária do poder, ao passo que a conciliação de classes, mesmo quando promove compensações sociais e melhorias nas condições econômicas de vida do povo, não tem em vista a questão do poder e, com isso, evita o conflito de classes e a alteração na correlação de forças na sociedade. Em resumo, um programa com tarefas nacionais, democráticas e populares não guarda qualquer contradição com a definição do caráter socialista da revolução Brasileira.

### **VIII. Qual a tarefa central dos revolucionários?**

15. A tarefa central dos revolucionários é criar uma força social do povo capaz de se forjar como alternativa de poder e capaz de dirigir as massas no rumo da conquista revolucionária do poder. *A isso chamamos de Projeto Popular.* Essa tarefa está na ordem do dia e devemos cumpri-la a partir das precárias condições atuais e enfrentando os inúmeros obstáculos colocados no caminho.

16. Para que o proletariado triunfe, é necessário dividir o inimigo o quanto puder, explorando todas as contradições que tiver ao nosso alcance, bem como arrastar para o processo parte dos setores médios da sociedade, para dessa forma produzir a correlação de forças necessária à consumação da conquista revolucionária do poder.

### **IX. Mas, afinal, o que é o Projeto Popular?**

17. Quando dizemos que o nosso projeto é popular, queremos dizer que ele pretende organizar a sociedade em torno dos interesses, do potencial humano e dos valores dos grupos sociais que





vivem do trabalho e da cultura. Achamos que, em cada momento, a sociedade deve definir conscientemente seus objetivos mais importantes e organizar-se para atingi-los.

18. Afinal, a principal característica do ser humano, em oposição aos outros seres vivos, é exatamente sua capacidade de imaginar o futuro e agir para construí-lo. Ninguém começa a levantar uma parede se não tiver no papel, ou pelo menos na cabeça, a imagem da casa que quer fazer. Uma casa, uma plantação, uma bicicleta, uma roupa, um livro, uma escola, uma cooperativa, antes de existirem na realidade, existiram como uma ideia, um projeto.

19. O projeto organiza e direciona o esforço criativo das pessoas. Defendemos que o povo brasileiro, como um todo, deve construir um projeto que organize o uso de sua capacidade criativa e produtiva, tendo em vista atingir um futuro desejado.

20. O Projeto Popular é a força social organizada do povo brasileiro lutando para executar seu programa político. Entendemos que a burguesia brasileira, pela natureza capitalista da formação social e econômica de nosso país se mantém umbilicalmente atada à burguesia internacional e ao projeto político do imperialismo.

## **X. Como construir o programa do Projeto Popular?**

21. A construção do programa é a construção das bandeiras unificadoras que aglutinam o campo nacional e popular e envolvem no projeto revolucionário os aliados estratégicos da classe trabalhadora da cidade e do campo. Através dele poderemos incorporar a vacilante pequena burguesia, as camadas médias, seduzidas pelo consumo capitalista, e as massas pauperizadas das grandes concentrações urbanas. Construir um programa com objetivo revolucionário que não contempla tais setores implica em considerar que os trabalhadores podem avançar isolados para a construção do socialismo, ou que o objetivo revolucionário foi jogado para um futuro distante.

22. Ao mesmo tempo, não se deve superestimar o programa. Não é um programa econômico-social central e decisivo numa revolução, mas as condições em que se ocorre o processo revolucio-





nário e a conduta das organizações revolucionárias diante da condição e da situação histórica que lhe é dada. O que imprime o caráter revolucionário ao programa é a luta pela conquista revolucionária do poder e a realização deste objetivo. Nesse sentido, o programa deve estar sempre subordinado à correta orientação de como, em cada situação, avançar rumo a resolução do problema do poder.

23. O programa do Projeto Popular deve contemplar as bandeiras feministas. Entre as desigualdades e opressões, a de gênero é a mais antiga e brutal. A luta feminista não é isolada, é parte da luta de classes. O feminismo deve compor uma unidade com a luta classista, afinal a emancipação das mulheres e dos homens impõe uma ruptura com o sistema capitalista, não apenas na base material da produção, mas, também, no campo dos valores, do modo de vida e da cultura.

## XI. O que é poder popular?

“... ao tomar qualquer iniciativa política, o proletariado deve ao mesmo tempo empenhar-se em criar a sua própria força. A força do proletariado reside no seu trabalho ideológico e político nas empresas industriais, entre os camponeses, as forças militares, os intelectuais, estudantes, mulheres, entre a juventude e, principalmente, entre as camadas médias nos grandes centros urbanos.”

(Carlos Marighella – *A crise brasileira*)

24. Todas as atividades e lutas que o povo desenvolve, com autonomia e sem depender do Estado ou do poder econômico, são manifestações do Poder Popular.

25. Uma greve, uma ocupação de terra, moradia, fábrica, uma manifestação, uma marcha, assim como a construção de movimentos e organizações autônomas e independentes do Estado e do poder do capital, são manifestações da construção do Poder Popular.

Sem a construção de outro Estado, não é possível assegurar aos/as trabalhadores/as seus direitos plenos, assim como o controle da





forma como os frutos do trabalho são produzidos e distribuídos. Este processo envolve o empoderamento das massas: empoderamento econômico, político, militar, cultural, ideológico e moral. A isso chamamos de poder popular, cuja construção vem da disputa de hegemonia na sociedade. A história nos ensina que a revolução depende do poder popular acumulado na sociedade – uma vez que, numa situação de impasse, o prevalecimento dos interesses das massas populares depende da sua força – mas nos ensina igualmente que, deslocado de um processo revolucionário, o poder popular é facilmente absorvido pela ordem social capitalista.

## XII. E qual é via da Revolução?

“Para o desenvolvimento das lutas, o princípio básico é a combinação das formas de luta e organizações legais e ilegais, e a utilização de todas e quaisquer possibilidades legais, no terreno da defesa das reivindicações nacionalistas e democráticas, inclusive camponesas, no terreno da política interna ou externa, ou no terreno jurídico.”

(Carlos Marighella – *A crise brasileira*)

26. A história nos ensina que o processo da revolução envolve diferentes táticas, determinadas por cada conjuntura em cada situação histórica, mas que essa orientação não permite postular a possibilidade de uma “via pacífica” da revolução. Há que se diferenciar o processo, que pode envolver táticas as mais diversas – inclusive a luta eleitoral e institucional – da conquista do poder, que nunca é “pacífica”, pois só pode ser assegurada mediante uma ação que suporte a reação armada do inimigo. Nesse sentido, a adoção de táticas deve sempre vir acompanhada do cuidado para não reforçar manifestações ideológico-políticas desviantes, sejam elas reformistas ou esquerdistas. A capacidade de direção das vanguardas reside em sua preparação integral para utilizar todas as formas de luta, que lhes permitam articular respostas enérgicas e oportunas ante as diversas mudanças impostas pela luta de classes.





27. A estratégia aqui desenhada, que combina a luta por direitos com a luta pelo socialismo, esteve presente em diferentes processos revolucionários, que adotaram diferentes táticas. A escolha da tática depende não da vontade das organizações, mas das condições históricas. Os revolucionários devem estar preparados para o que a história deles exigir, e para tanto não devem nutrir preconceitos com relação às táticas, que devem sempre ser avaliadas e adotadas segundo o critério da luta pelo poder.

### **XIII. O que é o socialismo?**

“O futuro do Brasil pertence ao socialismo. Então as fontes de riquezas serão estatizadas e novas relações de produção entrarão em harmonia com as forças produtivas. E será eliminada a farsa de uma liberdade que para as elites tem plena expansão e para as massas apenas o significado de um mito.”

(Carlos Marighella – *Porque resisti à prisão*).

28. O socialismo é o objetivo estratégico, a ser alcançado por uma aliança de forças sociais composta pelos trabalhadores assalariados e trabalhadores pequenos proprietários.

29. O capitalismo não apenas submete ao seu jugo o proletariado industrial. Pequenos proprietários, urbanos e rurais, e a imensa maioria da população se encontram em contradição com a burguesia.

30. Eliminadas as classes exploradoras, será criada uma sociedade sem classes antagônicas. Nesta sociedade, o sentido do progresso e do desenvolvimento é colocar as forças produtivas a serviço dos seres humanos: ao admitir que nosso destino é indivisível da natureza, e ao reconhecer que nossa sobrevivência depende de esforço, estamos diante dos limites da condição humana.

### **XIV. Quais as medidas e condições necessárias para construção do socialismo?**

31. A construção do socialismo só pode ser fruto real da evolução das contradições do capitalismo. Ou, mais precisamente, de





cada capitalismo concreto, em seu processo de desenvolvimento. É no capitalismo real que devemos buscar as possibilidades, as necessidades e as dificuldades do socialismo real. Cabe ao socialismo, antes de tudo, reorganizar a convivência humana, preservando e valorizando todas as conquistas civilizatórias que lhe antecederam, e recolocando o ser humano no centro.

Os conceitos clássicos de socialismo apontam como elementos caracterizadores:

- A socialização dos meios de produção;
- O gradativo esvaziamento do Estado;
- O planejamento democrático (aprofundamento da democracia proletária);
- A redução gradativa da jornada de trabalho.

32. Considerando que o próprio aprofundamento do processo revolucionário trará elementos de como se conformará a nova sociedade e as tarefas deste processo, entendemos que, para além dos conceitos clássicos definidores, o socialismo que queremos é:

- Internacionalista, dependendo do avanço e da correlação de forças mundial;
- Feminista, superando a divisão sexual do trabalho e opressão de gênero;
- Superador da desigualdade étnica racial, social e sexual, condição para efetiva emancipação humana;
- Ambientalmente sustentável, trazendo para o centro das preocupações a proteção ao ser humano e à natureza que nos cerca.
- A ruptura socialista se dará em marcos nacionais, embora vinculada ao processo internacional de luta dos trabalhadores e com o povo em armas.

As revoluções triunfantes do século XX ocorreram em elos débeis do capitalismo e enfrentaram situações de cerco intenso e boicotes que impossibilitaram o avanço nestes elementos, comprovando os limites de avançar na construção do socialismo num só país.

Por tal motivo utilizamos o conceito de transição ao socialismo para as experiências revolucionárias já ocorridas.





No processo de construção do socialismo, além da situação geopolítica e da correlação de forças no âmbito mundial, são determinantes: a questão do poder político; a questão da radicalização da democracia, tanto em termos políticos, quanto econômicos e sociais; a questão das forças produtivas, e das formas de propriedade necessárias para desenvolvê-las; a questão da distribuição das riquezas geradas pelo desenvolvimento econômico; e as demais questões relacionadas ao período de transição necessário para que aqueles valores se tornem comuns a toda a sociedade.

Na construção do socialismo, a solidariedade é o princípio organizador da vida em comum.

Nossos cinco compromissos do Projeto Popular – solidariedade, democracia popular, desenvolvimento, soberania e sustentabilidade – permanecem atuais, como bússola que orienta a construção do socialismo. Acrescentamos o 6º compromisso, o compromisso com o feminismo, superando a divisão sexual do trabalho e a opressão de gênero, condição para a efetiva emancipação humana.

#### **XV. Qual a diferença entre socialismo e comunismo?**

33. O socialismo e o comunismo, como fases ininterruptas de uma mesma formação econômico-social, possuem fundamentos comuns. A propriedade social dos meios de produção e a abolição de todas as formas de exploração. O trabalho, concebido como um dever e um direito de todos, se realiza como atividade criadora. Esse passo pressupõe que o princípio organizador da vida social deixe de ser a acumulação de capital e a forma-mercadoria.

34. A diferença essencial entre a fase socialista e a fase comunista reside no nível de desenvolvimento das forças produtivas e no grau de amadurecimento das relações de produção após a eliminação das classes sociais e supressão do estado.

#### **XVI. Como se definem as classes sociais?**

35. A História segue tendo como sujeitos as classes sociais, grupos de pessoas que, em primeira instância, se definem por sua





relação com os meios de produção e com a realização da produção propriamente dita, ou seja, com a propriedade dos meios de produção e com a força de trabalho necessária para produzir.

36. Mas embora as relações de produção sejam importantes, o processo de definição das classes se dá, de forma efetiva, em luta. Nesse sentido uma classe pode ser potencialmente revolucionária, mas esse potencial só se desenvolve na luta, em especial na luta pelo poder. As condições objetivas de inserção do proletariado no modo de produção capitalista o definem como o sujeito revolucionário de nossa época, mas essas condições por si só não bastam para que ele se desenvolva como uma classe revolucionária. É necessário que antes ele se reconheça como classe, em luta por interesses comuns (classe em si) e que possa se reconhecer também como alternativa de poder para o conjunto da sociedade (classe para si).

37. As classes sociais que compõem a sociedade capitalista – burguesia (proprietária dos meios de produção e organizada através do seu Estado, classe dominante) e proletariado (os trabalhadores e o povo em geral, classe dominada) – são inerentes a essa sociedade e existirão enquanto o sistema existir. Elas sempre estão em luta entre si, de forma velada ou aberta, dada à contradição que rege a relação entre elas: relações sociais desiguais e injustas, o que interessa a uma não interessa à outra. Essa contradição é antagônica e inconciliável e é a base da luta de classes.

## **XVII. Qual o sujeito principal da revolução?**

“A força do proletariado reside no seu trabalho ideológico e político nas empresas industriais, entre os camponeses, as forças militares, os intelectuais, estudantes, mulheres, entre a juventude e, principalmente, entre as camadas médias nos grandes centros urbanos.”

(Carlos Marighella – *A crise brasileira*)

38. É o produtor de mercadorias o principal sujeito do sistema produtivo capitalista, de onde é extraída a mais-valia, é ele que faz





o sistema funcionar ou não. Apesar da revolução tecnológica por que passou e ainda passa o sistema, aqui não importando as relações de trabalho, não importando o nível de exploração da força de trabalho, não importando em que grau esteja a substituição do trabalho vivo por trabalho morto. É esse o sujeito revolucionário, o produtor de mercadorias, a classe operária.

### **XVII. E seus aliados?**

39. Embora tenha um papel protagonista, a classe operária, para levar a cabo o processo revolucionário, terá que realizar na sociedade uma ampla aliança, que envolva os demais trabalhadores que vivem da venda da força de trabalho (precarizados, terceirizados, do setor de serviços etc.), os camponeses pobres, os setores médios. Como afirmou Marx “Os seus objetivos e interesses devem verdadeiramente ser os objetivos e interesses da própria sociedade, da qual se torna de fato a cabeça e o coração social”. A classe terá que ser portadora de um projeto político – o Projeto Popular para o Brasil – capaz de colocar a sociedade em movimento, responder aos anseios de transformação do povo brasileiro.

40. Em outras palavras, não há contradição entre o trabalho realizado no interior da classe operária e o trabalho realizado com os demais trabalhadores e trabalhadoras, do campo e da cidade. Ao contrário eles se complementam e ambos serão necessários e indissociáveis para criar as condições para enfrentar a burguesia e efetivar a conquista do poder do estado e transformação socialista da sociedade.

41. Não se deve confundir alianças com outras classes sociais, com alianças com setores de sua própria classe social. Parte do que é denominado de setores médios ou até de classes médias, constitui de fato um setor da classe dos trabalhadores assalariados.

42. É incorreto identificar como “pequena burguesia” tanto pequenos proprietários quanto uma fração da própria classe trabalhadora assalariada. O correto seria distinguir três setores: a burguesia pequena (proprietários de capital, que empregam trabalho





assalariado e também trabalham, dado o pequeno porte de seu capital); trabalhadores pequenos proprietários (que não empregam trabalho assalariado e trabalham, geralmente apoiados por membros da família); trabalhadores assalariados.

### **XIX. E os setores médios?**

43. A expressão “setores médios” busca dar conta de um setor social de características híbridas: trabalhadores assalariados de altos salários; trabalhadores assalariados com posições de chefia em processos produtivos; trabalhadores assalariados com um grau de qualificação muito elevado; trabalhadores assalariados que ocupam posições especiais, não necessariamente de chefia, no processo produtivo; profissões assalariadas que há uma ou duas gerações eram não-assalariadas; trabalhadores, pequenos proprietários urbanos; pequenos empresários que, apesar de explorar trabalho assalariado, precisam obrigatoriamente trabalhar; pessoas afastadas da produção, que vivem de algum tipo de renda fixa, com um padrão de vida similar aos casos já citados.

44. Embora integrem diferentes classes sociais, os chamados “setores médios” têm em comum, por um lado, um determinado padrão de consumo; e, por outro lado, a constante ameaça de se verem rebaixados socialmente (pela concorrência, pelos impostos, pelo aumento de custos etc). Isto provoca um comportamento político extremamente oscilante, tanto na massa dos setores médios, quanto entre aqueles indivíduos que assumem a condição de seus porta-vozes políticos e culturais.

### **XX. Qual estágio de consciência e quais as tarefas do proletariado nesta conjuntura?**

45. Hoje, temos uma classe operária (aparentemente) passiva, indo à luta (com greves isoladas e algumas mais amplas) principalmente nos momentos de reajustes salariais (refluindo após esses momentos). Uma classe que se encontra no estágio de classe em si – potencialmente classe para si, potencialmente revolucionária –,





e não vai superar esse estágio “até que se deem os fatores objetivos – econômicos e sociais – e os subjetivos – tomada de consciência”, para que possa, efetivamente, assumir, como classe revolucionária, seu papel de agente histórico fundamental da revolução.

46. É tarefa do Proletariado travar lutas econômicas que atendam a necessidades materiais imediatas, mas, principalmente, de forma articulada com lutas políticas que ajudem a explicitar as contradições da sociedade de classes, acumulando forças, elevando o nível de consciência do próprio operariado, das massas trabalhadoras, do campo e da cidade.

47. Articular e atrair os setores estratégicos para o campo da revolução, bem como identificar conflitos e rachaduras intra-burguesas, pontos fracos do inimigo que possam favorecer a sua ação. Como apontou Lênin: “A consciência das massas operárias não pode ser uma verdadeira consciência de classe se os operários não aprenderem, com base em fatos e acontecimentos políticos concretos e atuais, a observar cada uma das classes sociais, em todas as manifestações da sua vida intelectual, moral e política; se não aprenderem a aplicar na prática a análise materialista e a apreciação materialista de todos os aspectos da atividade e da vida de todas as classes” (*Que fazer*, p. 135)





A tática revolucionária abrange todos os aspectos da luta política e, ao mesmo tempo, sabe manejar as forças básicas da revolução. É uma tática acessível, uma tática de massas, ao alcance da compreensão comum, não uma tática de privilegiados, de iluminados, de donos da revolução, de manipuladores de fórmulas feitas.

(Carlos Marighella – *A crise brasileira*)



## NOSSA TÁTICA







## I. O que é a tática?

“Uma tática decorrente da estratégia revolucionária é por si mesma revolucionária, o que nada tem a ver com sectarismo e esquerdismo.”

Carlos Marighella – *A crise brasileira*)

1. A tática é o conjunto de movimentos e orientações concretas formuladas para pôr em prática a estratégia revolucionária em cada nova conjuntura política. A nossa tática deve determinar a ação específica, *de acordo com as circunstâncias históricas concretas, e não de acordo com os “desejos subjetivos” da vanguarda*. Ela deve se adaptar cada vez que surge uma nova conjuntura política, deve responder com formas de luta apropriadas à nova situação.

São questões táticas:

- As formas de organização que tanto a vanguarda quanto as massas devem adotar;
- As formas e métodos de lutas a serem empregados;
- A forma concreta como são aproveitadas as contradições que surgem dentro do aglomerado das forças inimigas;
- As formas de agitação e propaganda destinadas a promover a realização das tarefas determinadas (as bandeiras e palavras de ordem).

## II. Como se determina a tática?

A tática revolucionária é uma tática de luta de massas, e seu objetivo principal consiste em nos aproximar dos objetivos estratégicos aos quais ela está subordinada. (Carlos Marighella – *A crise brasileira*)

2. Para determinar a tática mais apropriada para cada momento histórico devemos considerar:

- A forma de atuação do inimigo;
- O regime político adotado pela classe dominante (democracia, ditadura etc.);





- A correlação de forças;
- O estado de ânimo das massas;
- A capacidade política, ideológica e organizativa da vanguarda.

### III. Como entender a atual crise capitalista?

3. Não estamos diante de apenas uma crise do modelo neoliberal ou de uma mera crise financeira, mas de uma crise global, prolongada, com características depressivas e recessivas, cuja intensidade encerra um período histórico de ofensiva do capital ao abrir a possibilidade de um reascenso da luta de massas com distintas tarefas políticas, ideológicas e organizativas.

4. Embora as primeiras manifestações da crise tenham se produzido no terreno financeiro, estamos perante uma crise de superprodução: é tendência de o capitalismo produzir um desenfreado aumento da capacidade produtiva na busca de lucro, ultrapassando seus próprios limites e engendrando contraditoriamente o declínio da taxa de lucro, implicando na diminuição do ritmo de acumulação, no desemprego dos trabalhadores e na própria destruição e desvalorização de capital como remédio.

5. Existem dois importantes elementos que dão singularidade à atual crise capitalista. Um primeiro elemento são os efeitos sobre a imensa massa de recursos sob a forma de capital fictício (títulos de dívida, ações etc.), estimulada em grande parte pela mudança no sistema monetário internacional nos anos de 1970, que manteve a moeda estadunidense como meio internacional geral de pagamento, mesmo com seu vínculo ao ouro tendo sido rompido.

6. Essa massa de capital fictício vem sofrendo um importante processo de desvalorização e destruição, não só na forma do capital bancário, mas também nas formas dos chamados investidores institucionais (seguradoras, fundos de investimento, fundos de pensão etc.)

7. Ao mesmo tempo, entrou em vigor o princípio de não permitir a falência dos grandes bancos e a tendência a colocar a eficiência das empresas no processo produtivo do capital em pé de igualdade com a eficiência na valorização das bolsas de valores, o que termina





por repassar às atividades industriais a instabilidade características das atividades financeiras.

8. Devemos estar preparados para enfrentar no próximo período turbulências de efeito imprevisível nas economias periféricas. O imperialismo movimentar-se-á cada vez com mais intensidade para fazer a periferia do sistema pagar a conta da crise. Nesse cenário, tendem a piorar as condições de vida da classe trabalhadora com movimentos para retirar direitos, elevar as taxas de exploração, com mais desnacionalização e apropriação imperialista dos bens naturais estratégicos, especulação nos preços, privatização dos serviços públicos e patrimônio estatal, elevação das taxas de juros, repressão às lutas e confrontos militares devastadores em diversas regiões do mundo. Além de várias reformas que tentarão penalizar o povo e privilegiar o capital. Tal tendência, de avanço ou de recuo, será resultado da luta de classes e somente poderá ser enfrentada e revertida com força social e pressão popular suficiente.

#### **IV. Quais os impactos e como o governo brasileiro enfrentou a atual crise capitalista?**

9. Diante de uma situação global da correlação de forças amplamente favorável à agenda de ofensiva neoliberal, o governo brasileiro, ao sustentar uma política *neo-desenvolvimentista*, tendo no Estado o indutor fundamental do crescimento econômico, buscou uma rota de saída para enfrentar a crise que vai na direção contrária ao que se verifica no resto do mundo.

10. Houve um reposicionamento da economia brasileira nos marcos do capitalismo internacional. Cumpriram papel fundamental nisto as políticas de investimentos, os enormes recursos financeiros administrados pelos fundos de previdência de alguns setores da classe trabalhadora e classe média (Previdência BB, Caixa Econômica Federal, Petrobras) que, orientados pelo governo, passaram a comprar ações e investir em projetos de seu interesse.

11. Deve-se registrar que, no realinhamento do mercado mundial, a economia brasileira buscou parcerias prioritárias com o





mercado asiático: China, Japão e Índia. Como a economia chinesa está em expansão, nós os abastecemos com as matérias-primas de que necessitam. Hoje, a China se transformou no principal parceiro, ocupando cerca de 30% da balança comercial. Também houve um aumento da parceria com países da América Latina.

#### **V. Qual a caracterização desse período histórico para a luta de classes?**

12. A classe trabalhadora vive um longo período histórico de descenso do movimento de massas, desde 1989-1992, determinado, por um lado, pela queda dos países socialistas, que gerou uma crise ideológica do pensamento de esquerda, e, por outro, pela revolução tecnológica, base de uma reestruturação produtiva. Este é o contexto que possibilitou ofensiva do capital, construindo uma hegemonia nacional e internacional na esfera da luta política, ideológica e econômica.

13. Assim, a partir da década de 1990, predomina a hegemonia das políticas neoliberais praticadas pelos governos, o controle do capital financeiro, das empresas transnacionais sobre a produção e a repartição das riquezas, no Brasil e no mundo. Isso caracteriza uma nova fase do capitalismo, baseado na oligopolização do mercado mundial, sob controle do capital financeiro e de grandes grupos econômicos transnacionais.

14. A revolução tecnológica gerou enorme aumento na produtividade do trabalho e na produção de mercadorias, deslocando grandes parcelas dos trabalhadores dos setores industriais e agrícolas para o setor de serviços. Muitos trabalhadores amargaram o desemprego ou o trabalho precarizado, desprotegido dos direitos sociais conquistados no período anterior.

15. A implementação das políticas neoliberais, o desemprego, a reestruturação produtiva nas fábricas, na agricultura e as blindagens jurídicas da classe dominante através de novas leis atingiram em cheio a capacidade de luta dos trabalhadores, afetaram a capacidade de organização no trabalho, a consciência de classe e a atividade sindical.





16. No campo ideológico, o casamento das grandes empresas transnacionais com o capital financeiro e os grupos empresariais monopoliza os meios de comunicação e os transforma numa grande arma de controle das massas.

17. A esquerda como um todo sofreu essas consequências e a ampla maioria abandonou as estratégias de luta pelo poder, reduzindo-se a disputas eleitorais de espaços governamentais e parlamentares, projetos de conciliação de classes e desvios de todo tipo.

## **VI. O que significou a vitória de Lula neste contexto?**

18. É neste cenário que ocorre a vitória de Lula em 2002. O alcance dessa meta-síntese, que se expressava na palavra de ordem “Lula lá”, e unificava o conjunto das organizações de esquerda e forças populares, simbolizou o descontentamento com o projeto neoliberal e ao mesmo tempo o ápice de um ciclo da esquerda que optou pela centralidade e quase exclusividade da tática eleitoral, abandonando a disputa real pelo poder de estado.

19. Nas eleições de 2006, e depois em 2010, se rompe essa unidade. Setores da esquerda partidária se afastam do PT, porém mantendo a mesma tática com prioridade na disputa eleitoral. Não conseguiram ser alternativa eleitoral, nem acumular força popular.

20. Ao longo de sua construção na década de 80, o Partido dos Trabalhadores sistematizou o denominado Programa Democrático Popular, que enfrenta os principais problemas estruturais do Brasil. Esse programa, que contempla a reforma agrária sob controle dos trabalhadores, o ensino público gratuito, a estatização do setor financeiro e dos grandes meios de comunicação de massa, segue extremamente atual. Este foi o programa que, na essência, esteve presente na campanha eleitoral de 1989 quando Lula foi derrotado por Collor. Ainda hoje, mesmo que algumas forças discordem do nome “democrático popular”, tais medidas programáticas seguem unificando a maioria dos setores populares.

21. Porém, o Programa Democrático Popular foi abandonado pelo PT e o governo Lula nem cogitou assumi-lo. Tal situação





acarretou grande frustração nos setores organizados de nossa sociedade, que construíram coletivamente a candidatura Lula como principal tática política.

## VII. Quais as características dos 8 anos do Governo Lula?

22. Os oito anos de governo Lula foram marcados pelas contradições em sua base de sustentação, que continha parcelas significativas da classe trabalhadora e poderosas frações da burguesia. Nesse sentido, foi um governo de composição e conciliação de classes.

23. O segundo mandato fortaleceu no interior do governo as concepções políticas desenvolvimentistas como caminho para poder enfrentar a crise internacional do capitalismo. Tal política alocou recursos para os setores produtivos que alavancaram um crescimento econômico, possibilitando a ampliação de políticas sociais redistributivas de renda. Isso colocou limites ao projeto neoliberal, sem, no entanto, afetar a hegemonia burguesa. Essas mudanças fortaleceram frações da burguesia industrial – grandes construtoras e empresas agroindustriais de exportação, empresas estatais –, bancos nacionais, sem deixar de contemplar a fração “rentista” da burguesia.

24. O governo Lula redirecionou parte do investimento público para algumas regiões do território, como as regiões Nordeste e Centro-Oeste. Isso provocou mudanças estruturais nas economias locais, geração de mais empregos e estancou de certa forma a migração de trabalhadores para o Sudeste. E, do ponto de vista social, deslocou o poder político local, das tradicionais oligarquias rurais ou acostumadas a se apropriarem de recursos públicos.

25. Nesse redirecionamento da política de investimentos, assume então papel fundamental o capital social acumulado pelo Estado, que é então direcionado através do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, financiando os setores já citados, grandes projetos de infraestrutura, transportes, usinas hidrelétricas, expansão do etanol, grandes indústrias, a internacionalização de algumas





empresas brasileiras em busca do controle do mercado mundial de alguns produtos e também o financiamento da integração econômica latino-americana.

26. Na política externa do governo Lula houve importantes mudanças. Saiu-se da servidão neocolonial praticada pelos governos neoliberais, para uma política de ofensiva e de maior independência, de acordo com os interesses da economia brasileira. Nesse sentido, assumiu posições independentes do império ao ajudar a impedir a ALCA, ao defender os países da ALBA (Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América) e ao contribuir para distensão político-militar na região, nos casos da Colômbia e de Honduras. Ajudou ainda a construir a UNASUL (União de Nações Sul-Americanas) e o CELAC (Comunidade dos Estados Latino Americanos e Caribenhos), que enfrentam claramente a falida OEA (Organização dos Estados Americanos). Jogou papel importante ao evitar agressão militar ao Irã.

27. No entanto, como não poderia deixar de ser, a política externa expressa também as contradições de um governo de composição de classes. Em alguns temas, o governo atuou conforme os interesses do império, como no caso das tropas militares no Haiti, nas votações de política ambiental e de transgênicos nos fóruns internacionais. Com isso, ascendeu posições no cenário capitalista internacional ao ser chamado a compartilhar assento no grupo das maiores potências econômicas, o G-20.

28. O governo Lula representou também, sobretudo no segundo mandato, a aplicação de políticas de redistribuição de renda entre a classe trabalhadora. Algumas mudanças foram mais sensíveis: a valorização do salário mínimo, que alcança a maioria da população assalariada; os benefícios da previdência e seguridade social, muitos indexados ao salário mínimo também representaram melhoria das condições de vida. Houve também programas de compensação, de menor abrangência econômica, mas de muito apelo social, como Bolsa Família, Pró-Uni, Minha Casa, Minha Vida, e Programa de Aquisição de Alimentos. Isso tudo levou a uma melhor distribuição





de renda entre capital e trabalho, interrompendo uma tendência de maior apropriação do capital e aumentando em mais de 4% a parcela do trabalho.

29. Os projetos de investimentos produtivos, infraestrutura, energia e construção civil levaram à geração de quase 15 milhões de empregos formais, fator que levou a uma melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores nestes últimos anos, incluindo melhorias nos ganhos salariais e nas condições de vida, ainda que resultantes de políticas não estruturantes.

30. No campo, ao mesmo tempo em que não ocorre a reforma agrária, as políticas econômicas e agrícolas levaram à integração de cerca de 1,2 milhões de famílias camponesas ao mercado, com renda razoável, beneficiadas pelo PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). Houve uma diminuição impressionante dos assalariados rurais de um patamar que chegou a 9 milhões na década de 70, para apenas 2 milhões na atualidade. E uma estabilidade na pobreza, de 3 milhões de famílias de camponeses, beneficiados por programas sociais, que arrefeceram as contradições sociais dificultando as formas de lutas que vinham se desenvolvendo.

31. O balanço desse período inclui ainda um aumento no número de greves. A retomada das greves se dá pelo crescimento econômico estável, a valorização do salário mínimo e pela geração de empregos, que tem permitido até o momento um cenário favorável para as lutas dos trabalhadores. São greves de natureza econômica. Foram feitas principalmente pelos setores do operariado industrial mais organizado, que disputou percentuais de aumento real de salário com o capital. E, em geral, conseguiu vitórias.

### **VIII. Como se comportou a classe dominante brasileira nesse período?**

32. Do ponto de vista social e ideológico, a classe dominante brasileira se subordinou e se associou cada vez mais às empresas transnacionais, ao capital financeiro, e assume uma parceria com





eles, nas disputas do mercado nacional e do mercado mundial. Eles abandonaram claramente qualquer perspectiva de um projeto capitalista nacional, como havia previsto Florestan Fernandes e outros pensadores clássicos.

33. Setores da burguesia brasileira aliados ao imperialismo impuseram uma crise no governo e quase causaram uma derrota política no período de 2004-2005, aproveitando de suas falhas éticas e desvios políticos. No entanto, a força da base social popular do governo lhes impediu de avançar e garantiu a Lula um segundo mandato.

### **IX. E as eleições de 2010?**

34. Nas eleições de 2010, não houve uma candidatura que defendesse o Projeto Popular, sendo que o segundo turno foi decidido entre a candidatura Serra (PSDB), vinculada a setores da burguesia que aderem ao projeto “rentista”, de caráter especulativo, antipopular, antinacional, antidemocrático e imperialista, concorrendo com a outra candidatura, a de Dilma (PT), continuidade do governo Lula.

35. Neste contexto, se aos olhos dos militantes sociais o governo Lula foi muito aquém do necessário, aos olhos das massas populares ele representou a possibilidade de melhoria e mudança. E por isso as massas votaram em Dilma, apesar da enorme ofensiva da direita mais conservadora.

36. Foram derrotados: o projeto de re-colonização e de subordinação total de nossa economia aos interesses do capital internacional; os setores do agronegócio que apostaram tudo na aliança com o capital internacional; os setores mais direitistas da classe dominante que hegemonizaram a campanha Serra; os setores da classe dominante que controlam os meios de comunicação e imaginavam com eles dominar o voto do povo; e os setores das igrejas Católica conservadora e Pentecostais, que se utilizaram do preconceito e das mentiras para tentar iludir o povo.

### **X. E as perspectivas para o governo Dilma?**





37. Com Dilma prossegue a mesma coalizão de alianças de classe e a tentativa de transição de um modelo neoliberal para um projeto neodesenvolvimentista com políticas sociais, assim como foi a natureza do governo Lula.

38. Apesar disso, os dilemas enfrentados são distintos do governo Lula: por um lado, a forma que Dilma se elegeu ampliou o leque de forças populares que apoiaram sua candidatura para elegê-la no segundo turno; e, por outro não conta com o carisma, a capacidade de direção e representação com as massas. O governo Dilma está diante do dilema de como continuar combatendo a pobreza sem medidas estruturais que afetem interesses da burguesia.

39. Neste período, o Brasil vem apresentando vantagens macroeconômicas e desigualdade social como poucos países. Para que a proposta política em curso se efetive, é necessário que a economia brasileira cresça para distribuir renda. Isso só é possível com mudanças na política econômica, especialmente retirando recursos do pagamento de juros do capital financeiro.

40. O Estado brasileiro seguiu sustentando a aliança com o capital financeiro ao manter o esquema espoliador do pagamento de juros escorchantes sobre os títulos da dívida pública interna (que alcançou mais de um trilhão de reais). Assim, pelo mecanismo do *superavit* primário, o governo continua destinando próximo de 40% de todos os impostos arrecadados do povo brasileiro para pagamento da dívida interna, da qual são credores menos de 20 mil famílias abastadas.

41. Neste cenário, a conjuntura internacional será decisiva para definir os rumos e possibilidades do governo Dilma. A economia brasileira tem fragilidades e segue dependente do capitalismo internacional. Precisamos seguir atentos aos movimentos e à tendência do capital.

42. Os impactos da segunda fase da crise devem ter consequências na correlação de forças políticas. O comportamento da economia chinesa tem reflexos diretos sobre nossa economia. O comportamento da guerra cambial e as ações do capital financeiro





e das empresas transnacionais podem agravar ainda mais nossa dependência e exploração.

### **XI. Qual a nossa posição sobre o conceito de desenvolvimento?**

43. Todo processo de desenvolvimento é desigual e contraditório e gera problemas sociais. Porém, acelerar o desenvolvimento das forças produtivas é de interesse da classe trabalhadora. Não podemos ser contra o desenvolvimento.

44. O desenvolvimento econômico favorece as condições da luta da classe trabalhadora e melhora as possibilidades organizativas. A questão é defender que esse desenvolvimento das forças produtivas se materialize com a socialização da riqueza e da renda gerada, em prol da melhoria das condições de vida de todo o povo, e não apenas para aumentar a taxa de lucro e acumulação dos capitalistas. Para resolver os problemas do povo, deve ser feito com tecnologias e formas que garantam o equilíbrio do meio ambiente, de forma sustentável e responsável com as gerações futuras.

45. Precisamos estar alertas e acompanhar o contexto do processo de acumulação do capital, com suas agressões e apropriação privada dos bens da natureza. A causa ambiental não pode ficar desvinculada da natureza da luta de classes e de sua agressão pelos capitalistas. Não podemos cair num ambientalismo neutro e despolitizado, como se todos fôssemos culpados pelas agressões ao meio ambiente, ou transformá-lo no polo central das contradições sociais. O polo central é ainda a exploração do trabalho e a apropriação das riquezas por ele produzidas.

### **XII. Como as forças populares se posicionaram diante desta conjuntura?**

46. O cenário descrito gerou uma intensa divergência e confusão entre todas as forças populares durante os oito anos do governo Lula. A esquerda social e partidária adotou diferentes táticas no último período. Alguns setores acharam que o centro da tática era sustentar a todo custo o governo; outro setor passou a ter como





objetivo central constituir-se numa oposição eleitoral ao governo. Entendemos que ambas as táticas permaneceram aprisionadas na lógica do governo e na centralidade da luta eleitoral e parlamentar. E os resultados desses oito anos é que nenhuma das duas posições conseguiu acumular força para um projeto de transformação.

47. As forças populares que resolveram apoiar de forma acrítica o governo seguiram tendo seus espaços ou cargos, mas não conseguiram acumular para um projeto de mudanças estruturais. Tiveram que rebaixar o programa mínimo para o que pode ser chamado de “melhorismo”.

48. Já as forças que optaram pela oposição permanente ao governo Lula, tampouco conseguiram acumular, nem eleitoralmente, nem em termos de força social organizada. Seu grau de influência nas massas é certamente menor do que no início do governo Lula. E o resultado eleitoral ainda pior.

### **XIII. E a nossa posição diante desta conjuntura?**

49. Nossa posição deve ser de manter a independência e autonomia em relação ao governo, defendemos que a classe trabalhadora não deve cair no isolamento oposicionista ou no “governismo”, rompendo essa armadilha que paralisa e divide a esquerda e as forças populares.

50. Devemos apoiar as medidas que forem benéficas à classe trabalhadora e criticar as medidas contrárias, pois analisamos que um governo de composição e conciliação de classes nos permite agir na contradição de suas medidas para construir força social própria por meio da disputa ideológica na sociedade, demonstrando a inviabilidade histórica do *neodesenvolvimentismo*.

51. Nossos verdadeiros inimigos são o imperialismo, a classe capitalista e seu projeto de dominação político-ideológico e o Estado burguês com suas formas de dominação.

Para a Consulta Popular, está clara a necessidade de um programa que vá além do *neodesenvolvimentismo*. Precisamos de um Projeto Popular, que significa a solução dos problemas do povo





com mudanças estruturais. Construir essas mudanças estruturais e construir força própria da classe trabalhadora. Estamos convencidos de que não é possível resolver os problemas fundamentais para todo o povo – terra, moradia, emprego, educação pública, transporte público, saúde pública – sem mudanças estruturais na economia e na repartição da riqueza. Tudo isso só será possível com muita mobilização de massas.

52. É preciso que a classe trabalhadora consiga pautar o seu projeto de mudanças estruturais – O Projeto Popular para o Brasil – rompendo com os limites colocados pela atual correlação de forças sem ficar a reboque da hegemonia burguesa, estimulando a iniciativa política da classe trabalhadora e pautando a sociedade.

53. Nem os interesses “rentistas” e nem os *neodesenvolvimentistas* resolverão os principais problemas do povo brasileiro, porque, na essência, são projetos de desenvolvimento e interesses do capital. Os interesses dos trabalhadores e trabalhadoras, os interesses do povo brasileiro, serão representados e contemplados através de um Projeto Popular para o Brasil.

#### XIV. Qual o centro da nossa tática?

“O princípio fundamental da tática marxista é que, em qualquer fase da luta do proletariado, torna-se obrigatório lutar pela conquista de um tipo de governo, ou melhor, de um poder que abra caminho para a completa libertação nacional, econômica, política social do povo. Quer dizer, que abra caminho para a solução do problema estratégico.”

(Carlos Marighella – Ecletismo e Marighella)

54. O centro de nossa tática é construir e colocar o Projeto Popular para o Brasil na luta política. Nesse sentido, o Projeto Popular, com suas medidas nacionais democráticas e populares é uma necessidade para poder superar o próprio capitalismo. Não basta apenas fazer propaganda ideológica de que só o socialismo salva. Como vimos, ele será resultado de um longo acúmulo de forças





objetivas e subjetivas da classe trabalhadora para poder derrotar a classe dominante, conquistar o poder do Estado. Esta deve ser a principal tarefa de nossa organização, de nossa militância e de todos os setores que comungam com este desafio.

## **XV. Quais os passos necessários para implementação desta tática?**

“Um dos princípios corretos de acerto tático é que o proletariado jamais deve renunciar a criar sua força própria e a fortalecer-se pela base, desde o primeiro momento em que participa da frente única. Sem isto, o proletariado não assegurará sua independência. Sem força própria o proletariado será um juguete nas mãos da liderança burguesa.”  
(Carlos Marighella – *A crise brasileira*)

### **55. Construir unidade da classe trabalhadora**

Para a entrada em cena do Projeto Popular enquanto força social e política, é necessário construir a unidade das forças populares em torno de um mesmo projeto político, pois o conflito entre as organizações populares, embora inevitável ante as divergências estratégicas e táticas, dispersa energias e dificulta a construção de lutas com expressão nacional.

O critério para construir uma ação unitária não é a quantidade de organizações que se dispõem a uma iniciativa, mas sim construir ações que se enfrentem com o inimigo: a burguesia e o imperialismo; que elevem o nível de consciência das massas e que fortaleçam a unidade de todos os setores que compõem o Projeto Popular. Nosso papel é prosseguir sendo este sujeito construtor da unidade em torno das lutas.

É nosso dever contribuir para a unidade das diferentes formas de organização da classe trabalhadora e isto não se dará através de um exercício de vontade, nem de habilidade política, ou multiplicação de reuniões. A maior dificuldade não consiste em escolher as questões que integram um programa unitário, mas em construir





um processo de lutas em que cada força política se reconheça na construção desse programa e o assuma como seu.

É necessário firmeza para impedir o fracionamento e disputas protagonizadas por correntes sectárias, com pretensões hegemônicas, sabendo transigir naquilo que não é essencial.

Seguiremos, em cada oportunidade, participando decisivamente e pacientemente da construção de atos e jornadas de lutas unitárias, articulando, em torno de cada manifestação, forças políticas que queiram construir a unidade, ações que contribuem para o fortalecimento dos vínculos e da solidariedade de classe com pautas que politizam e se enfrentam com o inimigo. Sabemos como a unidade potencializa a capacidade destas ações.

Sabemos que as atuais organizações políticas, agrupamentos eleitorais, correntes e movimentos sociais detêm uma reduzida parcela de representação dos setores sociais que podem compor o Projeto Popular. Todavia, são estas as organizações existentes e a partir delas, de sua força conjunta, que se podem desencadear mobilizações e lutas que elevem o nível de consciência das massas e alterem a correlação de forças.

É um desafio construir uma unidade que não se limite a lutas descontínuas e avance para uma unidade programática. Quando o conjunto das forças populares assume um mesmo programa político damos um salto de qualidade em direção à construção uma alternativa de poder.

A classe dominante aposta na permanente fragmentação das forças populares. No atual momento histórico, em que se reabre o debate estratégico na esquerda, o que é positivo, por outro lado, as forças se lançam a uma árdua disputa para construir ferramentas próprias. Tal situação leva a maior fragmentação e dispersão da esquerda, dificultando a unidade no interior da classe, criando um contexto difícil para o necessário trabalho de unir as forças.

Isso não pode nos desanimar, a retomada das lutas leva ao surgimento de novas lideranças e ao repensar das atuais ferramentas, também a crise capitalista empurrará as forças populares para as





lutas de massa, deslocando seu centro de atuação das disputas da natureza do governo para as reivindicações do povo. Nosso papel é investir na construção desta unidade, pautando sempre a necessidade de superar as reivindicações corporativas e avançar para a luta política, a construção do Projeto Popular.

### **56. Construir força social**

É ter a classe trabalhadora e seus aliados organizados em torno de objetivos comuns. Esta força social deve ser suficiente para alterar a atual correlação de forças, desenvolver processos de pressão popular e enfrentar na justa medida os setores do capital que de tudo farão para impedir o avanço deste projeto.

O tripé formação, lutas e organização é o principal caminho de nossa organização neste período de acumulação de forças.

O papel do exemplo pedagógico é decisivo na construção da força social. Precisamos ser ousados, mas não podemos substituir a dificuldade em mobilizar a massa pelo radicalismo das ações. São as ações massivas que alteram a correlação de forças e elevam o nível de consciência. Nosso esforço reside exatamente em assegurar que as lutas se massifiquem.

### **57. Construir a força própria**

É prioritário construir força própria na classe trabalhadora. O proletariado, em especial a classe operária industrial, constitui o sujeito social decisivo deste momento histórico.

Investir no trabalho com a juventude, em particular das grandes periferias urbanas e do movimento estudantil secundarista e universitário; no trabalho com as mulheres na construção do feminismo popular; além de avançar no debate acerca da inserção nas lutas contra todas as formas de exploração e opressão, o racismo, o machismo e a homofobia.

### **58. Construir nossa política de alianças**

Nossa aliança principal é com os lutadores do povo que com-





preendem a importância do Projeto Popular para o Brasil. Entre as organizações políticas, priorizamos a aliança com as forças que assumem o Programa Nacional, Democrático e Popular. Estaremos juntos com todas as demais forças políticas em torno de lutas e campanhas concretas que fortaleçam o Projeto Popular.

## **XVI. Qual a agenda da classe dominante nesta conjuntura?**

“A tendência da burguesia é para a capitulação sem resistência ante a direita, salvo se a organização da força de massas estiver em tal nível que possa derrotar o golpe da reação. E, ainda que não o esteja, a tarefa da vanguarda é alertar as massas e procurar prepará-las para enfrentar com luta os acontecimentos previstos.

(Carlos Marighella – *Porque resisti à prisão*)

59. A classe dominante brasileira, com todos seus setores e frações (capital financeiro, empresas transnacionais, agronegócio e grandes empresas nacionais), já tem sua agenda política para o próximo período. Já estão pautando nos debates na sociedade, através dos seus meios de comunicação, e tentando orientar o governo Dilma, submetendo-o a essa agenda. Os principais temas de seu interesse são:

- a) Autonomia do Banco Central para manter a política de juros e de *superavit* primário e, assim parte da burguesia mantém seus ganhos, apropriando-se dos recursos públicos;
- b) Liberdade de apropriação dos bens da natureza e das matérias-primas minerais, energéticas e agrícolas, daí também as necessárias mudanças no Código Florestal;
- c) Manter total liberdade de ação no uso de seus meios de comunicação de massa, onde têm absoluto controle;
- d) Flexibilizar as leis trabalhistas e impedir a redução da jornada de trabalho;
- e) Impedir qualquer controle sobre o capital financeiro e capital estrangeiro;





f) Disputar as reservas do pré-sal, tentando voltar ao método dos leilões;

g) Pressionar o Judiciário a seguir criminalizando a luta social;

h) Desonerar a folha de pagamento de encargos sociais e propor uma reforma tributária, que aumentem seus lucros;

i) Manter a hegemonia de investimentos e controles dos setores energéticos, como hidrelétricas, etanol, petróleo etc.

60. A classe dominante brasileira vai priorizar os espaços dos meios de comunicação de massa e o Poder Judiciário como espaços prioritários da luta ideológica e da luta de classes.

## **XVII. Quais são os nossos desafios para a construção do Projeto Popular?**

“A consciência revolucionária, todavia, não se adquire espontaneamente.

Na dialética marxista, quando se trata do fenômeno social, um processo de desenvolvimento jamais se efetua por via espontânea. A luta (não espontânea) é um fator imprescindível e fundamental para que o processo de desenvolvimento chegue às últimas consequências.”

(Carlos Marighella – respostas ao questionário de “Pensamento Crítico”)

61. É nosso desafio combinar formas de luta diferenciadas e complementares. Portanto, compreender a importância estratégica de construir a organização no movimento operário não implica abandonar os espaços de construção nos quais já estamos inseridos e temos acúmulos (movimentos populares). Não existe contradição entre realizar a luta proletária, a luta popular nos bairros, a luta camponesa e a luta na juventude. Ao contrário, estas lutas potencializam a nossa ação.

62. A atuação dos militantes sociais deve se dar nas frentes de massa, fortalecendo e ampliando o trabalho nos setores em que já estamos inseridos e buscando a inserção nos demais setores, identificando os conflitos latentes e organizando o povo. Para isto,





devemos estar sempre atentos às movimentações reais no interior da luta de classes.

63. Mas, para que isso tenha consequência real, precisamos considerar a nossa composição orgânica, avançar na construção de linhas, de políticas claras para a atuação, com paciência e habilidade, apostando na formação, concentrando esforços, garantindo assim uma maior efetividade e centralidade de nossas ações. Por isto precisamos, também, realizar um processo continuado de crítica e autocrítica acerca das ações que empreendemos.

64. Os instrumentos de lutas de massa no campo econômico, embora permeados por disputas de concepção, devem ser construções unitárias. Não é “salutar” politicamente, para nossos objetivos estratégicos do socialismo, que cada partido crie seu espaço sindical e estudantil, é preciso fazer uma autocrítica deste processo e apontar para a reorganização da classe ao redor de instrumentos unitários de luta dos trabalhadores e estudantes.

65. A hegemonia na organização dos trabalhadores e nas lutas sociais será construída nas lutas concretas de massa. Não basta fazer a luta doutrinária ou dogmática, entre supostos reformistas e supostos revolucionários, como se disputassem quem é o mais correto e o dono da verdade. A verdade está na prática. Se as formas, método e objetivos da luta forem corretos para obter conquistas sociais, elevar o nível de consciência e de cultura das massas, esses se transformarão em referência.

66. Devemos nos preparar para enfrentar a possibilidade de uma longa hegemonia do reformismo, entendido como a vontade política das massas limitada pelo “melhorismo”. Um de nossos desafios é construir uma identidade que nos permita atravessar esse período difícil. Outro é trabalhar nos setores proletários, que crescem neste projeto desenvolvimentista. Esses trabalhadores qualificados e inseridos na produção de riquezas vão determinar os rumos da luta de classes.

67. Temos a obrigação de dedicar energias e priorizar um amplo programa de formação político-ideológica que abranja os diferentes





níveis: base social, militância e quadros. E intensificar os esforços para atingir milhares de pessoas. Sem a formação ideológica, não construiremos o projeto político de longo prazo.

68. No próximo período da luta de classes, a luta ideológica terá um papel fundamental. Portanto, as forças populares precisam, urgentemente e de forma prioritária, colocar energias no desenvolvimento complementar dos mais diferentes instrumentos de comunicação de massa, como: cartilhas, boletins, pichações, audiovisuais, internet, jornais impressos, programas de rádio e televisão. Desta forma, temos obrigação de ampliar e massificar os instrumentos que já estamos construindo de forma unitária, como páginas na internet, o jornal *Brasil de Fato*, a agência Brasil de Fato, a RadioagênciaNP, Expressão Popular, os programas de educação audiovisual etc.

69. Devemos realizar planos e ações concretas para potencializar o uso das tevês comunitárias e programas politizadores na televisão e na rádio.

### **XVIII. Qual a agenda de lutas unitárias do Projeto Popular?**

70. Está no horizonte da luta de classes uma agenda comum de interesses da classe trabalhadora, que pode gerar unidade e mobilizações de caráter nacional no próximo período, em torno de temas importantes, como: redução da jornada de trabalho para 40 horas; a reforma tributária e retomada da CPMF; os leilões e a disputa do pré-sal; a eliminação do *superavit* primário e redução das taxas de juros; os debates em torno de uma necessária reforma política – dentro dos limites postos pela correlação de forças; a valorização do salário mínimo e dos salários em geral; a criminalização dos pobres na periferia; a universalização do acesso à educação, em todos os níveis, garantida pela conquista dos 10% no PIB; a democratização dos meios de comunicação de massa; igualdade salarial; creches; redução das tarifas públicas.

71. Há também diversas campanhas de massa em curso, construídas de forma unitária, que exigirão de nossa militância





uma participação ativa, como é o caso da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida e da consulta mundial contra as mudanças climáticas a ser desenvolvida a partir de abril de 2012.

72. Nas articulações internacionais, fortalecemos a construção da Articulação Continental dos Movimentos Sociais pró-ALBA. A ALBA representa a articulação política do projeto anti-neoliberal e anti-imperialista no continente.

73. Os movimentos sociais devem contribuir para sua construção, seja do ponto de vista orgânico – que terá seu ápice na realização da Assembleia Continental de Movimentos Sociais em 2011 – como do ponto de vista da atuação prática em programas de integração e de solidariedade, como: alfabetização de adultos, brigadas internacionalistas no Haiti, Honduras, Venezuela, Bolívia, Palestina etc. Assim como nos articularmos na construção de meios de comunicação alternativos no continente, ao redor de projetos como TELESUR, RADIOSUR, ALBATV, ALAI etc.





“O marxismo ensina que o motor da história são as massas,  
cujo movimento é inelutável. Tudo depende de que o trabalho de  
base tenha importância fundamental, pois é este o trabalho que impele as  
massas e dá solidez à ação.”

(Carlos Marighella – *Porque resisti à prisão*)



## FRENTES E BANDEIRAS PRIORITÁRIAS







## I. Movimento Operário e Sindical

1. Considerando que o centro da contradição, na sociedade capitalista, se dá entre o capital e o trabalho, nosso desafio principal é a construção de força social própria no interior da classe trabalhadora, objetivando a conquista revolucionária do poder.

2. Nos anos 90, a ofensiva do capital, alicerçada na reestruturação produtiva (intensificação do trabalho, novas técnicas de controle da produção aliadas a altos índices de rotatividade e precarização da mão de obra) e na contraofensiva ideológica, possibilitada pela crise do “socialismo real”, criou enormes dificuldades para a ação sindical. Os trabalhadores e trabalhadoras colocaram-se na defensiva, premiados pela possibilidade eminente do desemprego (os índices oficiais chegaram a 20%), afastando-se dos sindicatos ou procurando nas entidades sindicais apenas a prestação de serviços diversos. Diante desta situação, as direções sindicais se fecharam, orientando sua ação, em grande medida, para a manutenção do próprio aparato. A conjuntura atual dá sinais de reversão desse processo. O crescimento e o fortalecimento da luta operária observado no último período no Brasil, associado ao “aquecimento” da economia, abre novas possibilidades e condições para a nossa atuação.

3. Precisamos construir uma linha tática para orientar o trabalho de companheiras e companheiros que começam a se inserir no mundo do trabalho e, conseqüentemente, no movimento sindical, estabelecendo tarefas que potencializem nossa ação. No chão de fábrica encontraremos inúmeras dificuldades para a construção de um trabalho, em médio e longo prazo, que traga resultados: Não há tempo disponível, as conversas com colegas são limitadas e a rotatividade de setores dificulta a construção de laços.

4. O sindicato é uma ferramenta construída historicamente pelos trabalhadores(as) e devemos ingressar nela levando valores e princípios militantes. Apostar na renovação de quadros, no trabalho de base, na organização por local de trabalho e na formação, bem como na articulação entre as lutas do movimento sindical e dos movimentos populares.





5. É tarefa dos revolucionários contribuir com a construção da unidade no interior da classe, com a reconstituição de sua identidade, combatendo o economicismo, o reformismo, o corporativismo, o divisionismo e a fragmentação. Estimulando ações, lutas políticas, em torno das pautas do Projeto Popular. As polêmicas internas e divisões no movimento sindical estão distantes da realidade dos trabalhadores e não ajudam na motivação para luta e em seu avanço organizativo. A intolerância diante de posições divergentes tem contribuído para que as mobilizações, paralisações, greves e jornadas de lutas se mantenham aprisionados às categorias e segmentos específicos, não expandindo a capacidade de influência do movimento.

6. Considerando que a organização sindical deve ser o mais ampla possível, aproximando todos aqueles que compreendam a necessidade de lutar contra os patrões, os revolucionários não podem ter a sua própria central, deixando o trabalho no interior da classe a cargo dos reformistas e “suas centrais”. Neste sentido, precisaremos construir nossa inserção atentando para a necessidade de promover, no futuro, o reencontro orgânico e unitário dos trabalhadores (as), em torno de uma única central sindical, recolocando o movimento sindical brasileiro no centro do cenário político nacional.

7. Não há contradição entre promover lutas unitárias, combinadas com os movimentos de massa, e um processo silencioso e articulado de inserção em setores estratégicos.

A nossa atuação deve também atentar para o combate às desigualdades no interior da classe, as opressões de gênero, etnia e raça. As mulheres, em particular as negras, continuam recebendo menores salários, nos postos mais precários, com as piores condições de trabalho.

8. Quanto à nossa política de alianças para atuação no movimento sindical, ela será a expressão de nossa tática geral, tendo como prioridade a construção da unidade das forças que se mobilizam em torno do Projeto Popular para o Brasil.

9. O debate sindical, em nossa organização, não pode acontecer dentro de uma lógica “setorizada”. O militante que atua em outras





frentes tem que ser incorporado. Estar atento às possibilidades que surgem. Precisamos nos conjugar e atuar articuladamente.

10. Precisaremos de coesão e habilidade, ao entrar no movimento sindical, nos preparando para defender nossa posição política de forma ativa. Não nos deixando cooptar, intimidar, perder nossa identidade ou nos desviar de nossos objetivos estratégicos, em razão de possíveis pressões exercidas por outras organizações e suas táticas.

11. Para isso, torna-se central organizar uma identidade própria no meio sindical, espaço onde militantes que se identifiquem com nossas posições possam se organizar, contribuir com suas experiências no aprendizado de uma nova cultura política. Para isso, propomos organizar uma corrente sindical que unifique militantes que atuam hoje em diferentes sindicatos, bases sindicais e mesmo em diferentes centrais, estabelecendo uma prática conjunta.

12. Devemos considerar os sindicatos de trabalhadores rurais como um espaço para a nossa inserção e atuação, dada a mudança em curso no campo causada pelo agronegócio. As formas usuais de luta não estão correspondendo plenamente a esse enfrentamento.

13. Devemos pensar também a nossa atuação entre os trabalhadores precarizados, terceirizados e transitórios e desempregados.

### **Bandeiras de lutas**

Campanha pela redução da jornada de trabalho sem redução de salário (construir uma frente popular para além da articulação entre as centrais);

Reconquistar o direito de greve;

Contra a reforma da Previdência e o fator previdenciário;

Contra a terceirização e a precarização do trabalho;

Contra o trabalho escravo;

Saúde do trabalhador;

Em defesa dos direitos sociais;

Igualdade salarial;

Construção de força social no meio urbano, tendo como pauta prioritária a luta pela moradia e transporte;





## II. Feminismo

14. O patriarcado é entendido como uma estrutura de dominação e exploração sobre as mulheres. Nesse sistema, o poder do homem é construído em detrimento do da mulher, estabelecendo relações de hierarquia e desigualdade de gênero. Por funcionar como um sistema que se reproduz material e ideologicamente, o patriarcado é reproduzido independente da presença do gênero masculino.

15. A origem do patriarcado data da origem da propriedade privada. O controle sobre o corpo e a vida das mulheres, ou seja, a dominação masculina sobre a mulher veio atender a dois interesses. Primeiro, a garantia de controle sobre a prole, o que significava mais força de trabalho e, portanto, mais possibilidade de produção de riqueza. Segundo, e em decorrência do primeiro, garantir que os filhos seriam seus herdeiros, assegurando aos homens, detentores da propriedade privada, a perpetuação desta por meio da herança.

16. A divisão sexual do trabalho é uma das grandes determinações da desigualdade de gênero e da exploração da mulher. Ela se baseia em dois princípios organizadores: o princípio de *separação* (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio de *hierarquização* (um trabalho de homem “vale” mais do que um trabalho de mulher), ao mesmo tempo em que ocorre a apreensão pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares etc.)

17. A divisão entre público e privado, ou seja, a cisão entre o espaço da fábrica e do lar fortaleceu a hierarquia e a desigualdade entre homens e mulheres. No capitalismo, o público é a esfera da valorização, da produção da riqueza e da política, e, portanto, é tido como um espaço privilegiadamente masculino. O privado, por ser a esfera de reprodução social – aqui entendida como as atividades necessárias para garantir a manutenção e reprodução da vida e força de trabalho – é considerado um espaço feminino.

18. A classe não é uma massa homogênea, mas tem “raça”/etnia e gênero. Cada uma dessas particularidades, combinadas ou não,





imprimem determinações e implicações diferenciadas para as mais variadas frações que compõem a classe trabalhadora.

19. O patriarcado e o racismo são anteriores ao capitalismo, mas este soube se apropriar dos primeiros, encontrando neles meios de intensificação da sua exploração sobre a classe trabalhadora. O patriarcado e o racismo são sistemas de dominação que, imbricados com o capitalismo, em uma relação dialética, compõem o sistema patriarcal-racista-capitalista em que vivemos.

20. Essa organização é determinada pelas relações sociais que, por sua vez, possuem “raça”/etnia, sexo e não apenas classe, embora esta seja, em última instância, a sua determinação central na sociedade capitalista. Tais relações devem ser apreendidas em um único movimento, o que significa não isolá-las, tampouco desconsiderá-las, mas percebê-las nas teias sociais que as determinam e as entrecruzam, provocando implicações diversas para um único sujeito, embora múltiplo: a classe trabalhadora. Apenas assim, conseguiremos compreender esta classe em sua totalidade, condição prévia para pensarmos o seu processo de organização.

21. O feminismo é a estratégia que as mulheres têm construído de enfrentamento ao sistema capitalista e patriarcal; por isso sua incorporação efetiva é imprescindível na construção de um projeto socialista.

22. O socialismo que devemos construir desde agora é o que liberta e emancipa, que quebra todas as cercas e formas de propriedade privada, inclusive sobre o corpo e a vida das mulheres, um socialismo feminista.

23. A compreensão de que a sociedade está estruturada pelo modo de produção capitalista e pelo patriarcado resulta na incorporação do socialismo feminista como sua estratégia de enfrentamento e exige a existência da principal ferramenta construída pelas mulheres, que é sua auto-organização.

24. O espaço de auto-organização possibilita construir a solidariedade ao reconhecer a opressão e perceber com clareza os danos que ela causa às mulheres, individual e coletivamente.





Permite o fortalecimento das mulheres para que possam se colocar em posição de igualdade com os homens no dia a dia da luta revolucionária. Permite que as mulheres construam uma compreensão da sua realidade de opressão e dos desafios que têm a cumprir no combate a esta opressão, sem a relativização efetivada pela postura e pela opinião do opressor. Isso é fundamental, pois permite às mulheres se formarem enquanto militantes e dirigentes revolucionárias.

25. O setor de mulheres e os espaços auto-organizados são os locais em que as mulheres se formam e se reconhecem como sujeitos políticos, formulam a estratégia e a tática e se preparam para os debates e formações com toda a organização.

26. O setor deve ser transversal, deve pensar e influir sobre todas as comissões da organização: propor textos e espaços de formação; influir no recrutamento de militantes e na participação das mulheres nos espaços de direção; garantir a mística e a prática feminista na organização; formular e atuar na política para as mulheres, interna e externamente, seguindo o tripé da organização.

27. Os desafios a serem enfrentados no combate à opressão das mulheres são internos, pela necessidade de construir relações de igualdade no cotidiano da organização, e também externos, pela necessidade de construir relações de igualdade em toda a sociedade.

28. Nossa tática é a manifestação política conjuntural da nossa estratégia. Se apontamos uma estratégia socialista e feminista, nossa ação política tem que ser consequente com isso. Sendo assim, com relação ao feminismo apontamos a necessidade do fortalecimento de bandeiras e lutas históricas das mulheres: combate à violência contra mulher, o trabalho das mulheres (trabalho produtivo e trabalho doméstico) e a legalização do aborto.

29. A violência contra mulher é a principal ferramenta do patriarcado para manter a dominação sobre as mulheres e se manifesta todas as vezes que elas se colocam contrárias à ordem patriarcal vigente, de diversas formas: física, psicológica, moral e sexual. Lutar pelo fim da violência contra mulher é conquistar o direito





das mulheres a se rebelar e subverter a ordem patriarcal vigente. É uma bandeira de grande unidade entre vários setores.

30. A inserção das mulheres na esfera de produção capitalista opera-se muitas vezes através de um rebaixamento dos salários e de uma exploração de maior intensidade sobre as trabalhadoras. No processo de reestruturação produtiva, ocorreu uma feminização do trabalho precarizado. As mulheres são a maioria no trabalho informal, temporário e em tempo parcial. Além disso, seguem exercendo o trabalho reprodutivo (doméstico), que lhes confere a dupla jornada de trabalho. Serviços públicos como as creches, transporte escolar, escola pública de qualidade, lavanderias, refeitórios e merendas são fundamentais para garantir que as mães possam trabalhar e sejam desoneradas de uma parte do trabalho doméstico e dos cuidados com os filhos, que devem ser socializados com os homens e assumidos pelo Estado. Portanto, lutamos pela valorização do salário mínimo e pela garantia dos direitos trabalhistas das mulheres, notadamente das empregadas domésticas.

31. A legalização do aborto é uma bandeira que hoje é classista, pois quem morre por não ter acesso à interrupção segura da gravidez são as mulheres trabalhadoras (sobretudo as negras e mais pobres), pois as mulheres da burguesia têm acesso a clínicas pagas, onde podem fazer um aborto seguro. Entretanto, essa luta deve envolver setores mais amplos do que a esquerda, como defensores dos direitos humanos e setores progressistas. Hoje, há um recrudescimento de setores conservadores em função da própria crise que vive a Igreja Católica, e estes grupos organizados têm influído fortemente na política. Devemos construir espaços de diálogos e debates em universidades e sindicatos, que coloquem em pauta o fim da criminalização das mulheres que interrompem a gravidez, a autonomia do corpo das mulheres, o livre exercício de suas sexualidades, assim como a garantia da saúde integral. Essa luta deve ser ampliada para colocar a maternidade enquanto decisão e não como destino.

32. Além disso, apontamos a necessidade de construção de força própria. Entendemos que existe a necessidade e a importância de





construir o movimento auto-organizado de mulheres e que, para esta tarefa, precisamos de ferramentas organizativas, frentes de massa que pautem este debate, através do trabalho de base e promovendo lutas unitárias.

33. Devemos romper com a lógica de “institucionalização”, que tem no último período aprisionado a luta das mulheres, resgatando o feminismo combativo, autônomo e classista.

34. Contribuir com a ampliação da intervenção política das mulheres na sociedade (sindicatos, movimentos, entre outros), promovendo, de forma articulada com os movimentos de massa, lutas locais e nacionais, com mulheres do campo e da cidade, entendendo que não há contradição entre estas esferas.

### **Bandeiras de lutas**

Contra a criminalização das mulheres e pela legalização do aborto; seguir compondo

A Frente Nacional contra a criminalização das mulheres e pela legalização do aborto e construir a Frente nos estados;

Contra a violência, entendendo a complexidade e as diferenças desta luta no campo e na cidade; pela aplicação e efetivação da lei Maria da Penha;

Por autonomia econômica, igualdade salarial, valorização do salário mínimo, do trabalho doméstico e redução da jornada de trabalho. São sujeitos prioritários de nossa ação diante desta pauta, considerando o recorte racial, as donas de casa, informais e operárias;

Pela implementação de políticas públicas que possibilitem a socialização do trabalho de cuidados (refeitórios, creches, lavanderias), do acesso aos mecanismos de combate à violência, à saúde e à educação, rompendo com os padrões sexistas dos serviços;

Pela criação de mecanismos que possibilitem implementação da previdência social para as mulheres do campo e regulamentação da lei para aposentadoria das donas de casa;

Pelo combate à heteronormatividade e à homofobia;





Pelo combate ao tráfico de mulheres;

Contra a mercantilização do corpo e da vida das mulheres, combatendo a prostituição e não as prostitutas;

Em defesa da soberania alimentar, por um projeto de agricultura camponesa, agroecológica e feminista. Essa construção não deve ser entendida como uma luta somente das mulheres, mas deve ser protagonizada por todos os militantes da organização.

Reforçar a luta contra o agronegócio e a campanha contra os agrotóxicos;

### III. Questão negra

35. Uma organização política que aspira a elevação do nível de consciência da classe trabalhadora e, com isso, a construção de condições subjetivas e objetivas para o processo revolucionário, deve debater a questão racial. Isso porque a não consciência da situação de exploração do(a) explorado(a) é um empecilho para a desconstrução das diversas formas de opressão que permeiam a sociedade capitalista e se expressam nas relações de classe, raça e gênero. Entendemos a questão racial dentro da formação cultural do povo negro brasileiro e não usando o termo “raça” enquanto categoria biológica.

36. Historicamente, foi construída e propagada uma ideologia em que o indivíduo negro possui atributos que o desqualifica moral e intelectualmente como ser humano. Tal visão depreciativa implica em um racismo velado, porém eficaz, que perpetua uma ideologia de branqueamento, na qual o ideal é se adequar e buscar aceitação e ascensão socioeconômica.

37. Dessa forma, perpetua-se um “simbolismo de fuga”, no qual o indivíduo não se identifica com sua negritude e busca se aproximar do modelo burguês apresentado como superior, o modelo do homem branco, em suma. Assim, muitos indivíduos da classe trabalhadora passam a se identificar com o modelo burguês e se distanciam cada vez mais da possibilidade de se reconhecerem enquanto classe trabalhadora oprimida na sociedade capitalista. Por-





tanto, uma organização política que não debate o racismo estrutural brasileiro e não pauta a negritude por um viés classista tem sérias dificuldades em avançar na construção de condições subjetivas e objetivas no processo revolucionário.

**Bandeiras e lutas:**

Contra a criminalização da pobreza;

Pela regulamentação dos territórios quilombolas;

Luta pela defesa dos terreiros de candomblé;

Assumir a campanha contra o genocídio da juventude negra;

Luta contra a redução da maioridade penal;

**IV. Juventude e Movimento Estudantil**

38. A juventude que se aproxima da militância no atual momento histórico não vivenciou um período de ascenso na luta de massas, o que se reflete de diversas maneiras na sua formação enquanto futura direção.

39. A juventude é cotidianamente bombardeada pela ideologia dominante – individualismo, consumismo, machismo, racismo, homofobia – e pelas correntes sectárias do esquerdismo.

40. Com as organizações sociais de contestação à ordem (partidos, movimentos e sindicatos) em crise, fragilizadas e esvaziadas, a juventude foi seduzida para novas formas de ação social, condizentes com a ordem do capital (igrejas pentecostais, ONGs etc.). E aos que não se adaptarem à ordem, o encarceramento e o extermínio. A população carcerária hoje é constituída basicamente de jovens. Também são estes os que mais morrem por armas de fogo no país, assim como a maior parte das pessoas organizadas no tráfico, seja de drogas, mulheres ou outros.

41. A juventude é um alicerce da construção da nossa organização. Uma geração que poderá, ao se reviver um ciclo de ascenso, ser decisiva na conjuntura, levando adiante a revolução. A renovação do movimento revolucionário faz-se pela juventude, livre da carga de responsabilidade pela construção do passado. Apenas





o entusiasmo e o espírito ofensivo dos elementos mais novos são capazes de assegurar os primeiros sucessos na luta, e apenas esses sucessos podem fazer voltar ao caminho da revolução os melhores elementos da velha geração.

### **Atuação da Consulta Popular no trabalho com a juventude**

42. O nosso principal objetivo no trabalho com a juventude é formar novos quadros e militantes do Projeto Popular, com inserção real nas forças estratégicas para a Revolução Brasileira.

43. O trabalho de organização da juventude e do movimento estudantil possui diferenças por suas especificidades, porém, por serem complementares dentro das lutas que fortalecem o Projeto Popular para o Brasil, devem ser construídos de forma articulada dentro de uma mesma identidade nacional.

44. O método que utilizaremos para essa construção é o que foi historicamente utilizado pela classe trabalhadora: trabalho de base. É essencial que todos os militantes da Consulta Popular destacados para a tarefa estejam em uma frente de massas. O trabalho de base com a juventude deve ser em última instância prazeroso, por isso ações de agitação e propaganda assumem uma centralidade ainda maior nesse contexto. Sinteticamente podemos definir o método de construção como sendo o ato de: refletir sobre a prática conhecida => ir à ação => refletir sobre a ação realizada => nova ação.

45. O trabalho de base deverá representar para os jovens uma escola de solidariedade, de independência e de vida coletiva. Pois é através dessa vivência que se desperta para a luta política, para as batalhas por uma vida melhor. O jovem deve ser incentivado a ser parte da construção e companheiro(a) da mesma caminhada. O trabalho de base deve se organizar onde o jovem vive, estuda e/ou trabalha, e se dá através das mais diversas esferas da vida do indivíduo, como a cultura, a escola e a política.

46. O tripé organização, formação e lutas deverá se dar a partir da identidade de juventude. Significa dizer que é fundamental enxergar nosso trabalho dentro das escolas e universidades como parte





do nosso trabalho geral com a juventude. É fundamental termos a percepção de que a separação cotidiana entre o trabalho estudantil e o trabalho geral com a juventude apenas fragiliza as duas tarefas; e de que a construção do movimento estudantil, enquanto movimento da juventude da classe trabalhadora, é uma forma de conceber uma visão classista do processo e também uma atuação baseada no todo. Simultaneamente possibilita partirmos do trabalho onde já temos acúmulo – as Universidades – para dar sustentação às iniciativas de trabalho com a juventude do campo popular.

47. O trabalho com a juventude e movimento estudantil deverá se basear na construção de uma **identidade nacional comum**. Nossa prioridade é a nacionalização, tanto de um método de construção entre a juventude, quanto de uma identidade que o reconheça, e, **por isso apontamos para a construção paciente de nacionalização do Levante Popular da Juventude**. Avaliamos que já se colocam as condições para buscarmos a construção concreta de ações conjuntas nacionalmente, que deverão ser sempre reavaliadas, após cada exercício prático. Para isso a construção de uma organicidade permanente e da direção coletiva são prioridades.

## V. Questão ambiental, Energia e Petróleo

48. Seguramente existe correlação entre o crescimento predatório do modo de produção capitalista e as catástrofes ambientais observadas em larga escala nos últimos tempos. Os impactos são causados pela expressiva emissão de gases de efeito estufa na atmosfera, contaminação de terra, água e ar, redução considerável da cobertura vegetal e da biodiversidade e uso predatório de matérias-primas não renováveis. O uso ostensivo das matérias-primas renováveis soma-se a este cenário. As consequências desses impactos são diversas, mas a de mais largo alcance para todos os povos do mundo tem se mostrado o aquecimento global e todos os seus desdobramentos.

49. Como solução para a superação do aquecimento global, os países desenvolvidos propõem o comércio de créditos de carbono,





que não é nada além de transformar o clima em uma mercadoria, atribuindo valor de troca ao carbono. Esse mercado tem provado ser extremamente lucrativo para os investidores, entretanto tem falhado enormemente na redução de gases do efeito estufa.

50. Os “Mecanismos de Desenvolvimento Limpo – MDL” são verdadeiras licenças para poluição. Foram definidos no protocolo de Quioto e permitem aos países seguir contaminando e consumindo excessivamente, ao passo que pagam para os países ao Sul do globo para ampliarem suas áreas de monocultivos de árvores (pinheiros, e eucalipto) que consideram “sequestradores de carbono”, incentivam o aumento da geração de energia através de hidrelétricas por considerarem uma fonte “limpa” apesar dos enormes impactos sociais e ambientais. Em suma, não alteram a condição climática e reforçam a dependência econômica dos países subdesenvolvidos.

51. Os benefícios e as consequências indesejadas da produção industrial não são distribuídos igualmente entre as classes sociais. Muito ao contrário. Os benefícios da produção da indústria se concentram nas classes mais favorecidas, detentoras dos meios de produção, responsáveis pelos créditos que financiam as atividades e as empresas do agronegócio. Por outro lado, as consequências e os riscos resultantes dos impactos ambientais causados concentram-se nas parcelas menos favorecidas economicamente, em suma, na classe trabalhadora e desempregados.

52. As áreas com maior degradação ambiental ou maior exposição a riscos são as que possuem menor custo habitacional e o contrário também é verdadeiro. Portanto, tende a ocorrer uma segregação no local de residência de diferentes classes de acordo com os padrões ambientais que definem o custo habitacional. Isso significa dizer que um trabalhador tende a estar mais sujeito a um desmoraçamento, uma inundação, ou à exposição a uma fonte de contaminação em seu local de moradia que as classes dominantes.

53. As relações entre os impactos ambientais e as populações que mais sofrem com eles se expressam na saúde, na segurança e





na qualidade de vida, seja no local de moradia, seja no ambiente de trabalho.

54. No ambiente de trabalho, são também os trabalhadores que estão mais suscetíveis às consequências dos danos ao meio ambiente. São os trabalhadores que realizam as tarefas que envolvem contatos com os riscos ambientais. São eles que pulverizam venenos agrícolas, que manipulam produtos poluentes, persistentes, tóxicos e não raramente carcinogênicos, que trabalham em atmosferas carregadas, ruídos excessivos, temperaturas insuportáveis, e outros riscos ambientais.

55. Por serem os trabalhadores os que estão mais próximos das consequências dos diversos impactos ao meio ambiente, são esses que possuem maior incentivo de adotar práticas mais saudáveis e menos impactantes, porém não lhes são reservados os poderes de decisão quanto à forma de se produzir, de se apropriar do meio ambiente e da natureza.

56. Não serão somente as tecnologias “limpas” que farão a humanidade alterar a sua forma predatória de explorar ao esgotamento todas as fontes naturais do mundo. Não é possível reformar os problemas climáticos que vivenciamos hoje enquanto houver explorados e exploradores, enquanto a exploração capitalista do trabalho, a concorrência e o livre mercado forem os definidores das opções que são apresentadas como possíveis, e enquanto a gestão e o planejamento da produção não estiverem em mãos dos próprios trabalhadores.

### **Energia e o nosso modelo para o mundo**

57. O espaço ocupado pelo Brasil na divisão internacional do trabalho e na relação de dependência com os países centrais nos relega, há séculos, à condição de exportadores de produtos agropecuários, extração de biodiversidade e minerais, suprimindo as grandes economias de matérias-primas de baixo custo.

58. Essa determinação econômica atualmente ganha características de uma política desenvolvimentista em contraposição à fase neoliberal que vivemos na década de 90.





59. A inserção dos setores produtivos brasileiros na economia globalizada prioriza sobremaneira a exportação de produtos básicos, de baixo valor agregado e de elevada densidade energética. Essa característica permanece sendo ditada pelos interesses imperialistas de controlar bens estratégicos para a manutenção do setor produtivo internacional.

60. As atividades econômicas mais intensivas em consumo energético possuem grande potencial de impactar o meio ambiente, e são também ineficientes na geração de empregos. Isso acontece na produção do alumínio, das ferroligas, da transformação siderúrgica, do cimento, do papel e da celulose de maneira mais acentuada. Por ser a energia um fator fundamental no aumento da produtividade do trabalho, as empresas produtoras dessas mercadorias se destacam também por ter uma baixa relação entre emprego e energia consumida.

61. Tanto essas atividades eletrointensivas como as primárias e extrativistas possuem uma elevada capacidade de impactar o ambiente. Seja pela necessidade de construção de grandes obras hidrelétricas ou termelétricas, queimando combustível fóssil/vegetal, seja por consequências diretas da atividade no local de exploração, abrindo minas e derrubando mata nativa ou com os resíduos que destroem rios, animais e comunidades.

### **O petróleo e nosso programa estratégico**

62. O petróleo é a principal fonte de energia e está entre as três principais matérias-primas do mundo. No último século, foi um dos principais motivos de golpes militares, intervenções e guerras no mundo. Os povos detentores de enormes reservas vivem literalmente pisando num dilema: riqueza ou tragédia? Nosso país figura entre os grandes detentores de reservas do mundo. Podemos ficar entre os seis maiores. Esse quadro altera profundamente o papel do país nesse setor e na geopolítica mundial. Diante disso, o futuro do povo brasileiro depende de como se darão as disputas por essa enorme riqueza.





63. Nossa formação econômica e social é marcada pelos conflitos entre os interesses das grandes potências sobre nossas terras para a produção agrícola e extração de bens naturais e a resistência popular em sobreviver e se fazer enquanto povo. O quadro atual, que é parte do destino definido pelas grandes potências na divisão internacional do trabalho, mantém o papel para nossa América Latina de fornecer matérias-primas de alto valor, de áreas para produção agrícola, de mercados para a compra da produção industrial das grandes potências, do fornecimento de mão de obra de baixo custo, dentre outros.

64. Uma economia com falta de petróleo para garantir a demanda energética de sua indústria e economia: eis o temor das grandes nações dependentes e com alto consumo. A questão do petróleo se insere nesse quadro. As grandes reservas mundiais estão concentradas em países com baixo consumo. O ritmo de descobertas se estabilizou, exceto por situações surpreendentes como o pré-sal no Brasil. Já o consumo é concentrado em países com poucas reservas. Essa equação resulta em conflitos em que a disputa ocorre entre os dois blocos – e não é ocasional que o Golfo Pérsico, detentor de aproximadamente 60% das reservas do mundo, seja o palco de crises político-econômicas e, sobretudo, militares nos últimos 60 anos.

65. O petróleo é parte do desafio dos revolucionários na luta pelo socialismo, com a necessidade de dar consequência a isso em cada cenário da luta, e não deve se confundir com a adoção de uma política aprisionada dentro dos limites do nacional-desenvolvimentismo. O petróleo é tema de mobilização, de avanço da unidade, de identificar os inimigos. Atuamos em uma correlação de forças real e não projetada ou desejada, com as organizações com posições distintas na luta, ora no mesmo campo, ora como adversárias. Por isso, as bandeiras para acumular forças e dar um passo à frente no desafio da unidade e fortalecimento do bloco popular pode se confundir com mera defesa do desenvolvimento desenfreado. Isso também vale para o diálogo com os setores mais sensíveis à causa ambiental.





66. O equívoco central é que os temas, limites e pautas não são definidos pela vontade dos setores mais preparados, mas sim dentro de um quadro de correlação de forças, capacidade de avançar na unidade, de cooptação por parte do bloco inimigo. Sendo assim, atuamos na defesa de bandeiras que permitam ampliar o leque de forças, fragilizar o inimigo, e buscar vitórias que acumulem para um projeto estratégico em que os trabalhadores estarão no poder, quando novas relações de produção serão construídas.

67. A luta do petróleo passou por momentos de maior aquecimento. A descoberta do pré-sal motivou os interesses dos grandes grupos privatistas ao mesmo tempo em que aumentou a responsabilidade dos setores populares. O governo federal apresentou uma proposta com aspectos de mudança para uma gestão mais avançada, combinada com aspectos de continuidade. Independente dessas aprovações, a dinâmica do setor é rica em potencialidades e contradições, fruto dos aspectos da geopolítica dos conflitos pelo petróleo. Caberá aos setores populares avançar na unidade e a Consulta Popular tem um papel e uma responsabilidade grande nesse quadro.

68. A proposta do governo se transformou em quatro projetos. Apenas três foram aprovados – nova empresa estatal, cessão onerosa e fundo soberano e social. A parte dos *royalties* e da partilha em si ainda não foi aprovada. Temos a proposta dos movimentos sociais, esmiuçada no projeto de lei, que é o mais avançado. Abaixo, levantamos propostas e bandeiras imediatas para o petróleo:

#### I – OPERAÇÃO DO PRÉ-SAL:

**69. Exclusividade da Petrobras:** Toda operação – pesquisa, exploração e produção de petróleo – deve estar sob responsabilidade da Petrobras e sem parceiros, seja empresa de capital nacional ou internacional.

**70. Fim dos leilões:** Não há mais os fatores que motivam os leilões (risco de falta de capacidade técnica, falta de capacidade de investimento pelo Estado).





## II – GESTÃO

**71. Por uma política de redução da exportação de óleo cru** – O plano de exploração e produção do Pré-Sal, assim como a atuação da Petrobras, devem responder à prioridade de abastecer o consumo brasileiro, e não vendê-las ao ritmo da demanda de consumo mundial. A queima do petróleo em formato de combustível é o pior destino dessa riqueza. Sua exportação em estado puro é a pior forma de aproveitar essas reservas e dar destino comercial a elas.

**72. Fortalecimento da chamada “cadeia produtiva nacional” do petróleo e exportação de derivados** – Manter a orientação do plano do governo e buscar maior amplitude e agressividade ao chamado conteúdo nacional, em especial para os setores mais estratégicos, como a formação tecnológica, a preparação dos trabalhadores especializados, os instrumentos de controle da exploração e produção.

## III – RENDA

**73. Definir piso da partilha em no mínimo 60% para o Estado:** Após o contrato de Cessão Onerosa (que presenteou a Petrobras) os novos devem ser mais agressivos no interesse nacional (uma vez que não temos correlação de forças ou ânimo do governo para a estatização). Esse é o piso para os poços menos interessantes, já para a fina flor do Pré-Sal que ainda não foi entregue, isso deverá alcançar 75% no mínimo.

**74. Destino social da renda:** Vincular a aplicação da renda direta, concentrada no Fundo Social, para políticas que incidam sobre os problemas crônicos do Brasil: reforma agrária e política de produção da agricultura camponesa; geração de trabalho e renda; ampliação do ensino público nos níveis técnicos e universitários; destino para redução das desigualdades regionais.

**75. Concentração da renda e maior controle da sua aplicação pelos estados e municípios:** Concentrar a renda direta, oriunda da partilha, no Fundo Soberano e a maior parte para o Fundo Social, garantindo uma gestão dessa renda pela União, e sua





aplicação conforme o item anterior. Sobre a renda indireta (*royalties*), buscar uma política que privilegie a distribuição a partir da população, de acordo com os índices sociais de cada estado – IDH, combinado com maior controle pelo Estado da sua aplicação, no em âmbito das federações ou dos municípios.

#### IV – OUTROS

**76. Eliminar progressivamente a terceirização da Petrobras:** Quase 2/3 de toda a operação é terceirizada. Isso não ofusca reconhecer uma política de retomada das contratações, mas não devemos parar por aí.

**77. Atuação da Petrobras no mundo:** Aplicar uma orientação do Estado brasileiro para a relação comercial/econômica com outros povos e, como uma empresa controlada pelo Estado, respeito à soberania, à solidariedade nas relações e respeito ao meio ambiente devem ser princípios de rígida aplicação e controle.

**78. Radiografia do tamanho real e potencial do Pré-Sal antes de qualquer contrato com a Petrobras –** Mesmo com intenso debate e diversas pesquisas, o tamanho real das reservas e seu potencial de produção é desconhecido. Isso torna qualquer contrato uma aposta e um risco grandes, sempre pagos e cobertos pelo Estado.

**79. Reverter parte da renda para estímulo ao transporte coletivo não dependente de combustível fóssil, ferrovias especialmente:** Combinar definições para o petróleo com a inflexão da política de transportes coletivos, hoje dependente do petróleo como combustível, como matéria-prima para pavimentar rodovias.

**Subsídio ao gás de cozinha para a população comprovadamente de baixa renda:** Converter uma parte da renda e riqueza para garantir segurança alimentar para a população de baixa renda, seja ela participante ou não de algum programa social do governo. Há uma grande parte da população brasileira que ainda depende do carvão vegetal, tendo inclusive crescido esse número nos momentos de crise.





### **Bandeiras de Luta**

Luta contra qualquer iniciativa de privatização;

Luta por uma distribuição justa das riquezas naturais;

Manter a luta por tecnologias menos poluidoras e por um uso racional dos recursos, sem perder de vista a compreensão de que o central é a disputa de modelo;

Manter a luta em torno da redução das tarifas;

Defender uma política por uma agricultura saudável;

Desenvolver formas de luta permanentes contra as transnacionais;

Atenção às mudanças do Código Mineral;

Processos de luta – ‘Campanhas’: ‘O Petróleo tem que ser nosso’, Campanha ‘O preço da luz é um roubo’, Campanha contra o uso de agrotóxicos, luta contra o modelo atual da produção de agro-combustíveis, Consulta Mundial sobre mudanças climáticas, luta contra a alteração do Código Florestal, articulação mundial dos atingidos pela Vale.

### **VI. Saúde**

81. A saúde dos trabalhadores passa pela conquista do direito ao trabalho emancipado, terra, moradia, alimentação, transporte e igualdade entre gêneros, etnias e raças. Portanto, saúde é luta social e consequência das condições estruturais da sociedade capitalista.

82. No campo da saúde, o projeto da burguesia ligado ao modelo industrial médico-hospitalar e privatista tem avançado sobre o projeto dos trabalhadores, de saúde como um direito e determinada socialmente. O Sistema Único de Saúde, uma vitória das forças populares, tem sido progressivamente apropriado pelo projeto hegemônico através do fortalecimento da concepção bio-médica de saúde-doença, terceirizações de serviços e precarização das relações de trabalho.

Os trabalhadores do campo da saúde, na produção de insumos e serviços, em aliança com setores populares, são forças fundamentais na construção de um Projeto Popular para o Brasil. As lutas por





acesso a serviços de saúde, contra todas as formas de precarização das relações de trabalho e contra terceirizações através de organizações sociais ou fundações estatais de direito privado, são prioritárias na atual conjuntura.

### **Bandeiras de lutas**

Efetivação e defesa do SUS contra o sucateamento e privatização (precarização, terceirização);

Saúde pública para as especificidades: da mulher, do negro e do trabalhador;

Contra a criminalização das manifestações de sabedoria popular (parteiras etc.);

Contra os agrotóxicos e venenos.

## **VII. Capitalismo e homofobia**

83. Estamos construindo um instrumento político comprometido com a luta pelo socialismo. Isso demanda a busca cotidiana pelo enfrentamento a todas as formas de exploração e opressão, o que inclui a luta contra o racismo, o machismo e a homofobia. Afinal, igualdade pressupõe liberdade, que deve ser o nosso alimento comum.

84. A homofobia refere-se ao medo, à aversão ou ao ódio irracional às lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Materializa-se fundamentalmente na violência praticada contra todos aqueles que possuem orientação afetivo-sexual e/ou identidade de gênero diferente do padrão imposto pela heteronormatividade (naturalização da heterossexualidade como norma). A homofobia vem ocupando destaque nas estatísticas de crimes motivados por ódio no Brasil. Em 2008, 187 LGBT foram assassinados no Brasil, em 2009 esse número passou para 198 e em 2010 ultrapassou a marca de 250 assassinatos. É importante lembrar que a violência homofóbica se expressa de diferentes formas, não só na violência física, mas também na violência sexual, psicológica e simbólica.

85. A heteronormatividade é uma violência e uma das bases estruturantes do patriarcado, entendido como um sistema de ex-





ploração e opressão das mulheres do qual o sistema capitalista se apropria. Ao determinar a subalternidade feminina, numa relação dialética com a divisão sexual do trabalho, a ideologia patriarcal estabelece papéis sociais a serem desempenhados por mulheres e também por homens. A relação entre casais que incorpora esses papéis tem como norma dar-se entre “um ser homem” e “um ser mulher”, o que chamamos heteronormatividade. Para ser mulher e ser homem, por sua vez, são impostos modelos de masculinidade e feminilidade, os quais de forma cruel e desumana oprimem e contribuem para a exploração das pessoas. Entendemos que é possível a reprodução da heteronormatividade em relação homoafetiva, por ser esta parte de um sistema. Isto acontece tendo em vista que, mesmo em casais homossexuais, muitas vezes encontramos a incorporação do modelo de gênero baseado na heterossexualidade conservadora, por meio da busca em se ter uma pessoa que incorpora o “ser homem” e outra que representa o “ser mulher”.

86. Nos últimos anos, a organização do Movimento LGBT cresceu bastante, mas ainda se encontra, hegemonicamente, nos marcos da luta institucional e pela integração das lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no capitalismo. Contudo, é preciso entender como a luta pela diversidade sexual pode expor as contradições desse sistema, impulsionando mudanças que fortaleçam o projeto popular para o Brasil e nos fortalecendo como sujeitos construtores de uma nova sociedade.

87. O Movimento LGBT atualmente é marcado por fortes e conflituosas relações com o Estado e com o mercado. Fortes porque essas relações se ampliaram e, de certa forma, garantiram conquistas importantes, mas conflituosas porque são relações marcadas por constantes tensionamentos. A relação do Movimento LGBT com o mercado pode ser facilmente observada nas Paradas do Orgulho LGBT (cara pública do Movimento desde a década de 1990), nas quais elementos do movimento social (bandeiras, discursos, panfletagem etc.) se confundem com elementos característicos do mercado (trios de boates “GLS” e sites gays, gogo boys e *drag*





*queens*). Ao mesmo tempo em que essa relação possibilitou aumentar a visibilidade do Movimento, ela criou/cria uma ilusão de que a liberdade para a população LGBT já foi conquistada e, portanto, não é preciso mais lutar. Isso se reflete no esvaziamento dos espaços de discussão do Movimento e no discurso hegemônico centrado no indivíduo. O chamado “mercado gay”, que envolve bares, restaurantes, boates, hotéis etc., por mais que “possibilite” a “aceitação” da expressão “livre” da sexualidade das(os) LGBT, tem como determinação central a busca de lucratividade, objetivo maior do capital. Para isso, produz e reproduz valores pautados no consumismo e na aparência, em detrimento do cultivo à verdadeira liberdade. Nessa lógica, as(os) LGBT são aceitas(os) pela sua capacidade de consumo e não respeitadas(os) pelo que são como seres humanos.

88. Podemos perceber que o recorte de classe é necessário, pois se é verdade que a homofobia, assim como o machismo e o racismo, ultrapassa os limites de classe, também é verdade que pessoas de diversas classes sociais vivenciam e expressam sua sexualidade de formas diferentes. Enquanto a juventude burguesa inicia sua sexualidade com acesso à informação e a locais seguros, a juventude da classe trabalhadora inicia suas relações sexuais em banheiros públicos, em ruas escuras e desertas, ou seja, em locais onde a exposição e a vulnerabilidade são muito maiores, onde o risco, tanto da violência homofóbica quanto do contágio de doenças sexualmente transmissíveis, é muito maior.

89. A luta contra a homofobia deve ser uma luta contra a heteronormatividade e a divisão sexual do trabalho dela extensiva. Além disso, deve estar articulada à luta contra o patriarcado e o racismo, e ter como horizonte estratégico o socialismo. Entendemos que apenas dessa forma podemos conquistar a verdadeira liberdade e não a liberdade do/no capital, que muito mais do que permitir a livre expressão da sexualidade, é funcional à sua lógica do lucro, que segmenta e explora a humanidade.

90. Uma organização é construída por pessoas e elas são diferentes. Sem o entendimento e o respeito a essas diferenças não





avancaremos como companheiros e companheiras que devem caminhar ombro a ombro. Como um instrumento revolucionário, devemos buscar construir valores e relações libertárias. Por isso, devemos nos preocupar em como educar nossos filhos(as); como fazemos o nosso trabalho de base; como fortalecemos e apoiamos os nossos companheiros e companheiras que, por não serem heterossexuais, sofrem discriminação e estão mais vulneráveis a sofrerem todo o tipo de violência, inclusive nos nossos atos políticos.

91. Se é importante que não culpabilizemos individualmente as pessoas pelos seus preconceitos, não é menos importante que não nos rendamos a eles. Por isso, um desafio se coloca para os lutadores e lutadoras do povo: precisamos desnaturalizar o que é historicamente determinado como norma e que estabelece dominações, discriminações e violências. Para isso, o primeiro passo é identificarmos e reconhecermos os nossos preconceitos e buscar superá-los.

92. A luta pelo direito de se relacionar, de amar sem medo, sem culpa, não é uma questão menor para a defesa da humanidade, para a defesa da sua liberdade. Lutemos pelo enfrentamento a tudo que sufoca, que oprime e que massacra. Assim, entendemos que a luta contra a homofobia é também um compromisso dos lutadores e lutadoras do povo. Um povo que é negro, índio, branco, trabalhador, gay, lésbica, heterossexual, bissexual, travesti e transexual. Igualdade pressupõe liberdade, liberdade de ser diferente, de se expressar diferente, de amar sem medo, de SER sem medo. Pátria livre, livre de todos os preconceitos, explorações e opressões!

### **Bandeiras de luta**

Pela criminalização da homofobia. Pela aprovação do Projeto de Lei 122, de 2006;

Pela aprovação do Plano Nacional de Direitos Humanos III, em especial no que diz respeito à garantia dos direitos das lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais;

Pela livre manifestação afetivo-sexual dos-das LGBT's;





Pelo direito à união civil e adoção de crianças para casais homoafetivos;

Efetivação do direito a qualquer intervenção cirúrgica, inclusive àquelas que visem à alteração de sexo, pelo SUS;

Pelo reconhecimento do nome social dos-das transexuais e travestis;

Pelo direito dos homens gays à doação de sangue;

### **VIII. Democratização da Comunicação**

93. A democratização dos meios de comunicação é uma bandeira que atravessa a luta política, indispensável na construção de hegemonia e de um projeto da classe trabalhadora.

94. A história recente da luta de classes na América Latina demonstra a importância da disputa em torno dos meios de comunicação. Aprofundar-nos nesta luta significa também ampliar a compreensão da mídia como ferramenta para a integração dos povos. A comunicação tem papel fundamental na construção da Alternativa Bolivariana para as Américas (Alba).

95. Nossos inimigos têm a clareza do papel estratégico dessa questão. O golpe de estado em Honduras (2009) e a tentativa na Venezuela (2002) contaram com a mídia empresarial na linha de frente, ombro a ombro com as forças golpistas. Nesse sentido, os meios de comunicação são expressão orgânica da classe dominante.

96. Experiências de resistência no continente compreendem iniciativas de governos contra os monopólios da mídia, de acordo com a correlação de forças em cada país. Além de situações de enfrentamento na Venezuela e Equador, podemos citar o caso da Argentina, onde a nova lei de meios de comunicação pretende distribuir um terço do espectro de rádio para os movimentos sociais. São medidas importantes, que instigam mobilizações populares massivas neste país, e avançam justamente na medida das movimentações das massas nas ruas.

97. Mais do que propagandistas, os oligopólios da comunicação têm participação articuladora na ofensiva contra os setores populares.





No Brasil, os meios de comunicação corporativos atuam não só como porta-vozes, mas também como organizadores do bloco de forças conservadoras, frente à atual crise de uma ferramenta partidária que aglutine essas forças. É o chamado “Partido da Imprensa Golpista”.

98. No Brasil, foram criados espaços importantes para debate, como a Conferência Nacional de Comunicação (I Confecom), que concentrou uma rede de lutadores, militantes e variadas organizações. Nosso desafio, ao atuar nesses espaços, é contribuir para que o conteúdo da conferência e suas principais bandeiras se desdobrem em lutas para além do marco institucional. O tema da democratização da comunicação deve ser matéria de agitação, alimentando os debates das diferentes frentes de massas, sindical, popular e estudantil.

99. A importância de estarmos atentos a esse debate se dá em momentos que se abrem à crítica dos veículos de mídia e que exigem respostas políticas das organizações de esquerda. Como foi, por exemplo, o contexto da criação da Rede de Comunicadores em Defesa da Reforma Agrária, ou quando a *Folha de S. Paulo* publicou editorial referindo-se ao período militar como “ditabranda”. São situações pedagógicas na disputa por hegemonia e na tentativa de inverter o discurso dominante da grande mídia.

100. Ao lado da luta política, é fundamental a apropriação pelos lutadores e lutadoras do povo das tecnologias digitais livres e ferramentas baseadas no conhecimento livre.

101. Devemos lutar por políticas públicas para nos apropriarmos das tecnologias digitais livres, operando sobre sistemas baseados em código aberto. Os movimentos sociais precisam capacitar-se nessa temática. No caso da TV Digital, temos o desafio do acesso à tecnologia de produção, hoje restrita ao capital privado.

102. Ao lado da apropriação de tecnologias digitais na internet, a conquista de espaços na programação de TVs (em sinal aberto, pago ou nas comunitárias) é uma tarefa urgente para a construção e divulgação de nosso projeto.





### **Bandeiras de Luta:**

Pela democratização dos meios de comunicação e contra os monopólios;

Defesa da neutralidade da rede: livre tráfego de informações, sem privilégios mercadológicos;

Garantir a livre expressão, contra leis que promovem patentes e identificação prévia dos usuários da rede digital;

Pela democratização completa da banda larga, com a ativação da Telebrás no setor, no lugar das telefonias e dos interesses de mercado;

Criação de conselhos de comunicação (regulação de conteúdo e política de concessões) e criação de conselho federal de jornalismo;

Pela garantia de meios de comunicação da classe trabalhadora, sobretudo no espectro de rádios e TVs;

Contra a criminalização das rádios e TVs comunitárias e contra a criminalização de comunicadores/as populares e jornalistas;

## **IX. Campo**

103. A Consulta Popular assume integralmente o programa da Via Campesina Brasil como seu programa para o campo.

104. O atual modelo agrícola imposto ao Brasil pelas forças do capital e das grandes empresas é prejudicial aos interesses do povo. Ele transforma tudo em mercadoria: alimentos, bens da natureza (água, terra, biodiversidade e sementes) e se organiza com o único objetivo de aumentar o lucro das grandes empresas, das corporações transnacionais e dos bancos.

105. Precisamos construir um novo modelo agrícola, baseado na busca constante de uma sociedade mais justa e igualitária, que produza suas necessidades em equilíbrio com o meio ambiente. Os elementos abaixo convocam o povo brasileiro a refletir e decidir qual é o modelo de agricultura para o nosso país.

### **A natureza do atual modelo agrícola**

106. O atual modelo agrícola, chamado de agronegócio, tem como principais características:





Organizar a produção agrícola sob controle dos grandes proprietários de terra e empresas transnacionais, que exploram os trabalhadores agrícolas e têm o domínio sobre produção, comércio, insumos e sementes.

Priorizar a produção na forma de monocultivos extensivos, em grande escala, que afetam o ambiente e exigem grandes quantidades de venenos, que prejudicam a saúde e a qualidade dos alimentos. O Brasil consome mais de um bilhão de litros de veneno por ano. Atualmente, é o maior consumidor mundial.

Organizar o monocultivo florestal, como o de eucalipto e *pinus*, que destroem o ambiente, a biodiversidade, estragam a terra, geram desemprego, destinando a produção para exportação, dando lucro para as transnacionais e nos deixando a degradação social e ambiental.

Incentivar a ampliação da área de monocultivo de cana-de-açúcar para produção de etanol, para exportação. Novamente, causando prejuízos ao ambiente, elevando o preço dos alimentos, a concentração da propriedade da terra e desnacionalizando o setor da produção do açúcar e álcool.

Difundir o uso das sementes transgênicas, que destroem a biodiversidade e eliminam todas as nossas sementes nativas. As sementes transgênicas não conseguem conviver com outras variedades e contaminam as demais, resultando, em médio prazo, na existência de apenas sementes controladas por empresas transnacionais. Com o controle das sementes, essas empresas cobram *royalties*, vendem agrotóxicos de suas próprias indústrias e pressionam governos a adotarem políticas dos seus interesses.

Incentivar o desmatamento da floresta amazônica e a destruição dos babaçuais, através da expansão da pecuária, soja, eucalipto e cana, e para exportação de madeira e minérios. Somos contra a lei que autoriza a exploração privada das florestas públicas.

107. Diante da gravidade da situação, denunciamos à sociedade brasileira:





O modelo do agronegócio protege a exploração do trabalho escravo, do trabalho infantil e a superexploração dos assalariados rurais, sem garantir os direitos trabalhistas e previdenciários e as mínimas condições de transporte e de vida nas fazendas. Por isso, a bancada ruralista nunca aceitou votar o projeto que penaliza fazendas com trabalho escravo, já aprovado no Senado.

O projeto de lei do senador Sergio Zambiasi (PTB-RS), que pretende diminuir a proibição de propriedades estrangeiras na faixa de fronteira de todo o país, regulariza as terras pertencente às empresas estrangeiras em situação de ilegalidade e crime na fronteira, como a Stora Enso e a seita Moon.

As obras de transposição do Rio São Francisco visam apenas beneficiar o agronegócio, o hidronegócio e a produção para exportação, a expansão da cana, na região Nordeste, e não atende às necessidades dos milhões de camponeses que vivem no Semi-Árido.

A crescente privatização da propriedade da água por empresas, sobretudo estrangeiras, como a Nestlé, Coca-Cola e Suez, entre outras.

O atual modelo energético prioriza as grandes hidrelétricas, principalmente na Amazônia, e transforma a energia em mercadoria. Privatiza, destrói e polui o ambiente, aumenta cada vez mais as tarifas da energia elétrica ao povo brasileiro, privilegia os grandes consumidores eletrointensivos e entrega o controle da energia às grandes corporações transnacionais, colocando em risco a soberania nacional.

As tentativas de modificação no atual Código Florestal, proposto pela bancada ruralista a serviço do agronegócio, autoriza o desmatamento das áreas, buscando apenas o lucro fácil.

As políticas que privatizam o direito de pesca desequilibram o meio ambiente nos rios e no mar e inviabilizam a pesca artesanal, da qual dependem milhões de brasileiros.

As articulações das empresas transnacionais, falsas entidades ambientalistas e alguns governos do hemisfério Norte querem transformar o meio ambiente em simples mercadoria, ao introduzir





títulos de créditos de carbono negociáveis nas bolsas de valores – inclusive para isentar as empresas poluidoras do Norte – e gerar oportunidades de lucro para empresas do Sul, enquanto as agressões pelo capital ao meio ambiente seguem livremente.

A lei recentemente aprovada que legaliza a grilagem, regularizando as áreas públicas invadidas na Amazônia, de até 1500 hectares por pessoa (antes era permitido legalizar apenas até 100 hectares). Somos contra o projeto de lei do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) que reduz a Reserva Florestal na Amazônia em cada propriedade de 80% para 50%.

### **Bandeiras de luta:**

Um programa para a agricultura brasileira baseado nas seguintes diretrizes:

Implementar um programa agrícola e hídrico, que priorize a soberania alimentar de nosso país, estimule a produção de alimentos saudáveis, a diversificação da agricultura, a Reforma Agrária, como ampla democratização da propriedade da terra, a distribuição de renda produzida na agricultura e fixação da população no meio rural brasileiro;

Impedir a concentração da propriedade privada da terra, das florestas e da água. Fazer uma ampla distribuição das maiores fazendas, instituindo um limite de tamanho máximo da propriedade de bens da natureza;

Assegurar que a agricultura brasileira seja controlada pelos brasileiros e que tenha como base a produção de alimentos saudáveis, a organização de agroindústrias na forma de cooperativas em todos os municípios do país;

Incentivar a produção diversificada, na forma de policultura, priorizando a produção camponesa;

Adotar técnicas de produção que buscam o aumento da produtividade do trabalho e da terra, respeitando o ambiente e a agroecologia. Combater progressivamente o uso de agrotóxicos, que contaminam os alimentos e a natureza;





Adotar a produção de celulose em pequenas unidades, sem monocultivo extensivo, buscando atender as necessidades brasileiras, em escala de agroindústrias menores;

Defender a “política de desmatamento zero” na Amazônia e no Cerrado, preservando a riqueza e usando os recursos naturais de forma adequada e em favor do povo que lá vive. Defender o direito coletivo da exploração dos babaçuais;

Preservar, difundir e multiplicar as sementes nativas e melhoradas, de acordo com nosso clima e biomas, para que todos os agricultores tenham acesso;

Penalizar rigorosamente todas as empresas e fazendeiros que desmatam e poluem o meio ambiente;

Implementar as medidas propostas pela Agência Nacional de Águas (Atlas do Nordeste), que prevê obras e investimentos em cada município do Semi-Árido, que com menor custo resolveria o problema de água de todos os camponeses e população residente na região;

Assegurar que a água, como um bem da natureza, seja um direito de todo cidadão. Não pode ser uma mercadoria e deve ser gerenciada como um bem público, acessível a todos e todas. Defendemos um programa de preservação de nossos aquíferos, como as nascentes das três principais bacias no cerrado, o aquífero Guarani e a mais recente descoberta do aquífero Alter do Chão, na região amazônica;

Implementar um novo projeto energético popular para o país, baseado na soberania energética e garantir o controle da energia e de suas fontes a serviço do povo brasileiro. Assegurar que o planejamento, produção, distribuição da energia e de suas fontes estejam sob controle do povo brasileiro. Também, estimular todas as múltiplas formas de fontes de energia, com prioridade para as potencialidades locais e de uso popular. Exigir a imediata revisão das atuais tarifas de energia elétrica cobradas à população, garantindo o acesso a todos a preços compatíveis com a renda do povo brasileiro:

Regularizar todas as terras quilombolas em todo o país;





Proibir a aquisição de terras brasileiras por empresas transnacionais e seus “laranjas”, acima do módulo familiar;

Demarcar imediatamente todas as áreas indígenas e promover a retirada de todos os fazendeiros invasores, em especial nas áreas dos guaranis no Mato Grosso do Sul;

Promover a defesa de políticas públicas para agricultura, por meio do Estado, que garantam:

Prioridade para a produção de alimentos para o mercado interno;

Preços rentáveis aos pequenos agricultores, garantindo a compra pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab);

Uma nova política de crédito rural, em especial para investimento nos pequenos e médios estabelecimentos agrícolas;

Uma política de pesquisa da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) definida a partir das necessidades dos camponeses e da produção de alimentos saudáveis;

Adequar a legislação sanitária da produção agroindustrial às condições da agricultura camponesa e das pequenas agroindústrias, ampliando as possibilidades de produção de alimentos;

Políticas públicas para a agricultura direcionadas e adequadas às realidades regionais;

Garantir a manutenção do caráter público, universal, solidário e redistributivo da seguridade social no Brasil, como garantia a todos os trabalhadores e trabalhadoras da agricultura. Garantir o orçamento para a Previdência Social e a ampliação dos direitos sociais a todos os trabalhadores e trabalhadoras, como os que estão na informalidade e os trabalhadores domésticos;

Rever o atual modelo de transporte individual e desenvolver um programa nacional de transporte coletivo, que priorize os sistemas ferroviário, metroviário, hidroviário, que usam menos energia, são menos poluentes e mais acessíveis a toda a população;

Assegurar a educação no campo, implementando um amplo programa de escolarização no meio rural, adequados à realidade de cada região, que busque elevar o nível de consciência social dos





camponeses, universalizar o acesso dos jovens a todos os níveis de escolarização e, em especial, ao ensino médio e superior. Desenvolver uma campanha massiva de alfabetização de todos adultos;

Mudar os acordos internacionais da Organização Mundial do Comércio (OMC), União Europeia-Mercosul, convenções e conferências no âmbito das Nações Unidas, que defendem apenas os interesses do capital internacional, do livre comércio, em detrimento dos camponeses e dos interesses dos povos do Sul;

Aprovar a lei que determina expropriação de toda fazenda com trabalho escravo. Impor pesadas multas às fazendas que não respeitam as leis trabalhistas e previdenciárias. Revogação da lei que possibilita contratação temporária de assalariados rurais, sem carteira assinada;

Por trabalho, alimento sadio, preservação ambiental, um novo modelo agrícola e soberania nacional.

## **X. Assembleia Popular e lutas populares**

108. A Assembleia Popular segue como nosso campo prioritário de articulação das lutas populares.

109. Precisamos superar a fragmentação no trabalho desenvolvido nas periferias urbanas em experiências pontuais, distintas entre si que, embora cumpram um papel de resistência, não têm acumulado para a construção de força própria para o projeto popular.

110. A AP é uma ferramenta que busca esta superação, de forma a construir um campo em torno do Projeto Popular. Ela é, principalmente, um espaço de articulação dos diversos grupos, das diversas forças. Portanto, é fundamental que as lutas e organizações que desenvolvemos nos diversos setores da sociedade (estudantil, sindical, mulheres, juventude, campo e cidade) se referenciem, articulem e construam essa ferramenta de unidade do campo popular.

111. Não há contradição entre luta urbana e luta proletária. Ambas se complementam. Os setores que organizamos na AP, no MTD, nos bairros, nos territórios, precisam se articular com a luta operária para se manter e conseguir mais consistência na ação. Não





construiremos nestes espaços a luta sindical, mas devemos trazer suas pautas para o interior destes instrumentos, assim como levar para o movimento sindical as pautas populares, para que, a partir desta troca, ambos se fortaleçam e tenham mais capacidade para intervir na disputa por hegemonia na sociedade.

112. Como muitos sindicatos que não estão envolvidos na articulação de lutas unitárias em suas centrais buscam a Assembleia Popular para construções com setores do movimento popular, também é nosso desafio transformar pautas da luta operária nas lutas populares, inclusive na AP, estimulando as lutas e campanhas que abram caminhos de construção no “mundo do trabalho”, com o movimento sindical e em setores estratégicos para a luta popular e da AP.

113. Ao avançarmos neste trabalho iremos constatar que os bairros “já estão ocupados”. Mesmo tendo uma proposta bastante clara, vamos nos deparar com lideranças locais, cabos eleitorais, vereadores, com o tráfico etc. Precisamos estar preparados para lidar com estas situações, para fazer esta disputa.

### **Bandeiras de lutas:**

Energia: retomada da luta para que os 20 milhões de consumidores não percam o direito à Tarifa Social;

Água: mapeamento da situação nos estados; defesa da água como um bem público e contra a sua privatização;

Gás: levantamento de informações sobre a tarifa do gás;

Transporte: chegar ao estudante e ao trabalhador;

Reforma Agrária: envolver-se na Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida; por soberania alimentar – contra os transgênicos; pela redução do preço dos alimentos; contra a mudança do Código Florestal; e na Campanha pelo Limite da Propriedade da Terra;

Trabalho: pela redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, sem redução do salário; pela valorização do salário mínimo;

Economia: envolver-se na Campanha pela Reforma Tributária e em defesa dos direitos sociais e na Campanha “A dívida





não acabou, você paga por ela: auditoria já!"; por mudança na política econômica; contra os impactos dos grandes projetos e megaeventos;

Juventude e Educação: por 10% do PIB para educação; envolver-se na Campanha Nacional Contra o Extermínio da Juventude;

Luta pela democratização da comunicação;

Luta pela ampliação e qualificação de creches;

Constituição e/ou inserção nos Comitês Estaduais Populares da Copa para organizar lutas pelos direitos, tendo em vista as principais demandas dessa frente;

Reforma Política com participação popular.

## **XI. A ALBA como Instrumento de Integração Popular Continental**

114. Estamos vivendo um novo ciclo da luta de classes no continente americano. Um momento histórico importante e complexo, determinado por uma nova correlação de forças entre o capital, os governos e as forças populares.

115. Em nossa avaliação, comungada entre várias organizações sociais reunidas na Articulação Continental dos Movimentos Sociais pró-ALBA, estamos passando por um período de transição e disputas, em que se percebe uma intensa movimentação de diversos matizes políticos, buscando recomposição e acumulação de forças para a manutenção do poder, visando hegemonizar o processo de integração continental a seu modo e interesse.

116. A *Aliança Bolivariana para os Povos de nossa América (ALBA)* emerge nesse cenário. No princípio a ALBA foi vista apenas como uma proposta de governos, para promover uma integração comercial e econômica, entre os países da América Latina e se contrapor ao acordo da *Área de Livre Comércio da América (ALCA)*, proposto pelos EUA. Entretanto, suas raízes remontam a um projeto histórico, de construção do que foi chamado "Pátria Grande". Sua proposta marca um novo momento, identificado com a ideia de ir além da resistência ao neoliberalismo e avançar em propostas a partir da eleição de governos progressistas na região.





117. A ALBA se tornou uma proposta de integração que avança na medida em que propõe seus projetos, baseados em outras formas de intercâmbio além do mercantil e monetário. Coloca como central a solidariedade, a cooperação, a complementaridade e respeito à soberania dos povos. Pelos princípios expressos em documentos firmados entre governos, a ALBA é fundamentalmente anti-imperialista e coloca-se em oposição ao neoliberalismo.

118. Para a Articulação Continental dos Movimentos Sociais, a ALBA é um projeto essencialmente político alternativo ao projeto imperialista e suas vertentes de integração capitalistas. Um projeto que pode acumular força popular e institucional rumo ao socialismo em nossa América.

119. É importante recordar que, desde o início dos anos 1990, iniciamos um processo de articulações em torno de distintos espaços políticos e campanhas, orientadas a conformar um campo de resistência comum entre movimentos sociais, sindicais, estudantis, redes e plataformas, às políticas neoliberais em nossa região. Estivemos juntos na Campanha pelos 500 anos de resistência indígena, negra e popular; na Campanha contra a Dívida; na Campanha contra a ALCA; na criação do Fórum Social Mundial etc. Enfim, houve um acúmulo e experiência em todos esses processos, entretanto, nesse novo contexto que se apresenta na região, há numerosas oportunidades para gestar uma nova situação, em que poderemos passar da luta especificamente de resistência a propostas de alternativas e em alguns casos avançar a situação mais ofensiva.

120. Porém, temos de levar em conta as contradições existentes e principalmente as muitas ameaças aos processos em andamento. É impossível enfrentar as políticas do grande capital transnacional e do imperialismo, desde as resistências dispersas de nossos povos. Não é possível também delegar os processos de integração latino-americana apenas aos governos, por mais que estes tenham uma responsabilidade indiscutível em promovê-la. Entendemos que os avanços desde os governos, nesta direção, será um estímulo à criação de laços de cooperação solidária, que apoiaremos e sustentaremos





como parte das lutas anti-imperialistas. Mas é imprescindível estimular processos de integração baseados em um poder popular, criados desde as raízes mesmas da luta histórica de nosso continente.

121. Portanto, para nós da Articulação dos Movimentos Sociais, é necessário avançar agora, superando sectarismos, cálculos estreitos, mesquinhas. É necessário avançar agora, para que preparemos a plataforma de unidade que permita sustentar e defender as lutas, por uma nova independência latino-americana, dos povos e para os povos, por uma integração popular, pela vida, pela justiça, pela paz, pela soberania, pela identidade, pela igualdade, por uma autêntica emancipação, que tenha no seu horizonte o socialismo.

122. Definimos que, para gestar esse processo, deveremos construir em cada país plataformas unitárias e realizar uma grande Assembleia Continental dos Movimentos Sociais pró-ALBA, além de uma agenda de lutas que tenha como foco principal a questão da militarização, das empresas transnacionais, da crise climática e solidariedade internacional.

123. Construir uma a integração a partir de nossas organizações populares e das bases sociais é nosso desafio. Precisamos dar um passo adiante, arregaçando as mangas, recuperando a contribuição histórica de nossos pensadores que sempre defenderam a integração popular como único caminho para a libertação verdadeira dos povos de nosso continente.

124. A unidade e integração de Nossa América estão em nosso horizonte e são nosso caminho.

Somos a Consulta Popular!  
Pátria Livre Venceremos











